

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCIO ROBERTO SANTOS

**ANÁLISE ECONÔMICA FINANCEIRA DE EMPRESAS DE TRANSPORTE EM
PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**



CURITIBA

2017

MARCIO ROBERTO SANTOS

**ANÁLISE ECONÔMICA FINANCEIRA DE EMPRESAS DE TRANSPORTE EM
PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em MBA – Auditoria Integral.

Orientadora: Profa. Dra. Mayla Cristina Costa

CURITIBA

2017

RESUMO

O presente trabalho realizou uma Análise Econômica Financeira de Empresas em Processo de Recuperação Judicial. Na elaboração da pesquisa, foi desenvolvido um estudo de quatro empresas no setor de transporte, onde foram elaboradas análises com o intuito de diagnosticar os principais indícios que levaram as empresas ao processo falimentar. No desenvolvimento do trabalho, foi utilizado referencial teórico dos autores que abordam a análise das demonstrações contábeis bem como da Recuperação Judicial e, foi descrito sobre as empresas estudadas e nas análises dos dados, apontando o diagnóstico econômico- financeiro dos índices, que serviu para a interpretação dos dados. Os resultados demonstram que as quatro empresas de transporte analisadas encontram-se visivelmente dependes de capital de terceiros, apresentando risco de inadimplência alto. Gerencialmente esta prática pode ser favorável se é para obtenção de lucros, pois a empresa paga uma remuneração fixa de juros para quem emprestou o dinheiro, podendo gerar margem alta de retorno, mas com risco elevado. No entanto, podemos concluir pela análise do Índice de Participação de Capital de Terceiro que as empresas desse segmento contam com capital de terceiros em grande proporção para financiar suas atividades, mas não apresentam bons indicadores de rentabilidade, sendo indicadores relevantes de práticas gerenciais que resultaram no processo de recuperação judicial.

Palavras-chave: Análise das demonstrações; Índices Econômicos- Financeiro; Recuperação Judicial.

ABSTRACT

The present work carried out a Financial Economic Analysis of Companies in Judicial Recovery Process. In the elaboration of the research, a study was carried out of four companies in the transportation sector, where analyzes were elaborated with the purpose of diagnosing the main indications that led the companies to the bankruptcy process. In the development of the work, we used a theoretical reference of the authors that approach the analysis of the financial statements as well as the Judicial Recovery and, in the development of the work, it was described about the companies studied and the analysis of the data, indicating the economic- Which served to interpret the data. The results show that the four transport companies analyzed are visibly dependent on third party capital, presenting a risk of high delinquency. Managerially this practice can be favorable if it is to obtain profits, because the company pays a fixed remuneration of interest to who lent the money, being able to generate high return margin, but with high risk. However, we can conclude from the analysis of the Third-Party Equity Index that the companies in this segment rely on third-party capital in great proportion to finance their activities, but do not present good profitability indicators, being relevant indicators of managerial practices that resulted in Process of judicial recovery.

Key- words: Analysis of Financial Statements; Economic-Financial Indices; Judicial recovery.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – RELAÇÃO DE EMPRESAS DE TRANSPORTE	39
TABELA 02 - RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE DE LIQUIDEZ “A”	43
TABELA 03 - RESULTADO DA ANÁLISE INDICES DE ATIVIDADE “A”	45
TABELA 04 - RESULTADO DA ANÁLISE ESTRUTURA DE CAPITAL “A”	46
TABELA 05 - RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE DE RENTABILIDADE “A”	47
TABELA 06 - RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE DE LIQUIDEZ “B”	49
TABELA 07 - RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE DE ATIVIDADE “B”	50
TABELA 08 - RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE ESTRUTURA DE CAPITAL “B” ..	51
TABELA 09 - RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE DE RENTABILIDADE “B”	52
TABELA 10 - RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE DE LIQUIDEZ “C”	54
TABELA 11 - RESULTADO DA ANÁLISE INDICES DE ATIVIDADE “C”	55
TABELA 12- RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE ESTRUTURA DE CAPITAL “C” ..	56
TABELA 13 - RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE DE RENTABILIDADE “C”	57
TABELA 14 - RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE DE LIQUIDEZ “D”	59
TABELA 15 - RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE ESTRUTURA DE CAPITAL “D” ..	60
TABELA 16 - RESULTADO DA ANÁLISE DE RENTABILIDADE “D”	61
TABELA 17 – RESUMO RESULTADO FINAL DOS PRINCIPAIS ÍNDICES.....	63

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – ÍNDICE DE LIQUIDEZ “A”	45
GRÁFICO 02 – ÍNDICE DE ATIVIDADE “A”	46
GRÁFICO 03 – ÍNDICE DE ESTRUTURA DE CAPITAL “A”	47
GRÁFICO 04 – ÍNDICE DE RENTABILIDADE “A”	49
GRÁFICO 05 – ÍNDICE DE LIQUIDEZ “B”	50
GRÁFICO 06 – ÍNDICE DE ATIVIDADE B”	51
GRÁFICO 07 – ÍNDICE DE ESTRUTURA DE CAPITAL “B”	52
GRÁFICO 08 – ÍNDICE DE RENTABILIDADE “B”	53
GRÁFICO 09 – ÍNDICE DE LIQUIDEZ “C”	55
GRÁFICO 10 - INDICE DE RENTABILIDADE “C”	56
GRAFICO 11 – ÍNDICE DE ESTRUTURA DE CAPITAL “C”	57
GRÁFICO 12– ÍNDICE DE RENTABILIDADE “C”	58

GRÁFICO 13 – ÍNDICE DE LIQUIDEZ “D”.....	60
GRÁFICO 14 – ÍNDICE DE ESTRUCTURA DE CAPITAL “D”	61
GRÁFICO 15 – ÍNDICE DE RENTABILIDADE “D”.....	62

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2 OBJETIVOS	12
1.3 JUSTIFICATIVA TEÓRICO PRÁTICA.....	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	14
2.1.1 Demonstrações Contábeis Conforme Lei 11.638/07	15
2.2 DIVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	16
2.2.1 Balanço Patrimonial.....	16
2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício	16
2.2.3 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.....	17
2.2.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	17
2.2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	17
2.2.6 Demonstração do Valor Adicionado	18
2.3 FORMAS DE ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	18
2.3.1 Análise Econômica Financeira	19
2.3.2 Análise Horizontal e Análise Vertical	19
2.3.2.1 Análise Horizontal.....	20
2.3.2.2 Análise Vertical.....	20
2.3.3 Indicadores Econômicos Financeiros	20
2.3.3.1 Indicadores de Liquidez.....	21
a) Liquidez Corrente.....	21
b) Liquidez Seca.....	21
c) Liquidez Imediata	22
d) Liquidez Geral	22
2.4 ESTRUTURAS DE CAPITAL	23
2.4.1 Participação do Capital de Terceiros.....	23
2.4.2 Composição da Exigibilidade	23
2.4.3 Imobilização de Recursos Próprios	24
2.4.4 Capitalização.....	24
2.5 INDICES DE RENTABILIDADE	24
2.5.1 Margem Líquida.....	25

2.5.2 Rentabilidade do Ativo.....	25
2.5.3 Rentabilidade do Patrimônio Líquido.....	25
2.5.4 Giro do Ativo.....	26
2.6 CIRCULAÇÃO DE CAPITAIS.....	26
2.6.1 Ciclo Operacional e Financeiro	27
2.6.2 Prazo Médio de Estoque de Mercadorias.....	27
2.6.3. Prazo Médio de Recebimento de Duplicatas.....	27
2.6.4 Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores	28
2.7 A ANÁLISE DO CAPITAL DE GIRO.....	28
2.8 ASPECTOS CONCEITUAIS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	29
2.8.1 Surgimento da Lei 11.01/2005	29
2.8.2 Recuperação Judicial e Extrajudicial	32
2.8.3 Meios de Recuperação da Atividade Econômica	33
2.8.4 Fases do Processo de Recuperação Judicial.....	34
2.8.5 Órgãos da Recuperação Judicial.....	35
a) O Administrador Judicial	35
b) Assembleia Geral dos Credores	35
c) Comitê	36
d) Plano de Recuperação.....	37
3 METODOLOGIA	38
3.1 Tipologias de Pesquisa quanto aos Objetivos.....	38
3.2 Tipologias de Pesquisa quanto aos Procedimentos	38
3.3 Tipologia da Pesquisa quanto á Abordagem do Problema.....	39
3.4 Seleções de Empresas para Estudo	39
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	40
4.1 DESCRITIVOS DAS EMPRESAS.....	40
4.1.1 Empresa A.....	40
4.1.2 Empresa B.....	40
4.1.3 Empresa C	41
4.1.4 Empresa D	42
4.2 CÁLCULO DOS INDICADORES ECONÔMICOS FINANCEIROS.....	43
4.2.1 Análise Índices de Liquidez Empresa “A”	43
4.2.2 Análise Índices de Atividade Empresa “A”	45
4.2.3 Análise Índices de Estrutura de Capital Empresa “A”	46

4.2.4 Análise Índices de Rentabilidade Empresa “A”	47
4.2.5 Análise Índices de Liquidez Empresa “B”	49
4.2.6 Análise Índices de Atividade Empresa “B”	50
4.2.7 Análise Índices de Estrutura de Capital Empresa “B”	51
4.2.8 Análise Índices de Estrutura de Capital Empresa “B”	52
4.2.9 Análise Índices de Liquidez Empresa “C”	54
4.2.10 Análise Índices de Atividade Empresa “C”	55
4.2.11 Análise Índices de Estrutura de Capital Empresa “C”	56
4.2.12 Análise Índices de Rentabilidade Empresa “C”	57
4.2.13 Análise Índices de Liquidez Empresa “D”	59
4.2.14 Análise Índices de Estrutura de Capital Empresa “D”	60
4.2.15 Análise Índices de Rentabilidade Empresa “D”	61
4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	63
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICE - 1 MEMORIAL CÁLCULO INDICES	71
APÊNDICE - 2 MEMORIAL CÁLCULO VERTICAL/HORIZONTAL	82

1 INTRODUÇÃO

Uma organização com uma estrutura sólida não significa necessariamente que a mesma não terá problemas de insolvência no futuro. Sendo assim, para evitar possíveis aborrecimentos, se faz necessário o uso de instrumentos financeiros que auxiliam no processo de tomada de decisão, instrumentos estes, fornecidos pela gestão financeira eficiente, que podem ser de grande valia e, se bem utilizados, certamente contribuirão para a eficácia gerencial.

Pode-se considerar que a gestão financeira envolve um conjunto de procedimentos e ferramentas para auxiliar o gestor financeiro de uma empresa no processo de planejamento, análise e controle das atividades financeiras, tendo como propósito, portanto, melhorar e aumentar o valor de mercado dessa empresa e a maximização dos lucros, objetivos estes de seus proprietários ou acionistas.

Assim sendo, as empresas precisam dispor de instrumentos para a tomada de decisão, bem como alocar seus recursos financeiros de maneira eficiente, escolhendo a melhor alternativa a fim de que possam ter o retorno esperado sobre o capital inicialmente investido.

Neste sentido, apresentar uma análise econômica financeira das Empresas em Processo de Recuperação Judicial, análise esta que exerce uma grande influência para a tomada de decisão da empresa, por meio das demonstrações contábeis que transmitem as informações econômicas e financeiras da empresa e o seu desempenho.

As demonstrações Contábeis de uma empresa podem determinar qual a sua real situação econômica e financeira, através do conhecimento de pontos fundamentais de sua estrutura, como a capacidade de pagamento de dívidas, rentabilidade do capital investido, possibilidade de falência entre outros.

Por meio do estudo das demonstrações contábeis, balanço patrimonial, e das demonstrações de resultado do exercício, é possível obter análises estratégicas para melhor controle financeiro e como meio de transparência aos que pretendem se relacionar com a empresa, sejam fornecedores, financiadores, fisco ou empregados (ASSAF NETO, 2006). Apesar da importância dessas análises financeiras, muitas empresas desconhecem a influência de tais informações.

Atualmente a empresa é de grande importância socioeconômica para o país, pois além de movimentar a economia como um todo, por meio da produção de bens

e serviços, gera empregos diretos e indiretos. Nesse contexto, justamente por ocupar um importante espaço na sociedade, a empresa deve ser preservada.

A Lei de Falências e Concordatas – Decreto-Lei nº. 7.661/45 - classificava como atos de falências qualquer tentativa do empresário ou a sociedade empresária, em meio a uma situação de crise econômica, reunir seus credores para renegociação da dívida. No ano de 2005 entrou em vigor, em nosso ordenamento jurídico, a Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falências – Lei nº 11.101/05 – revogando o Decreto-Lei nº. 7.661/45 – Lei de Falências e Concordatas. Com a nova lei, este quadro muda, uma vez que, o artigo 47 prevê a recuperação judicial como uma alternativa de preservar a unidade produtiva da empresa e a prevenção da falência.

Com a aprovação da Lei nº 11.101/05 fica extinta a figura da concordata e surgem as possibilidades de recuperação extrajudicial e judicial da empresa. A recuperação judicial ingressa no universo normativo brasileiro com o propósito de estabelecer meios para que a empresa possa se reerguer, uma vez que, a permanência, continuidade e preservação da empresa envolvem interesses de toda uma sociedade.

Nesse contexto, argumenta-se que por meio de técnicas de avaliação da empresa e análise de suas demonstrações contábeis é possível minimizar o risco de descontinuidade.

A análise das demonstrações financeiras visa fundamentalmente ao estudo do desempenho econômico-financeiro de uma empresa em determinado período passado, para diagnosticar, em consequência, sua posição atual e produzir resultados que sirvam de base para a previsão de tendências futuras. (ASSAF NETO, 2003, p.98).

Por meio do cálculo e interpretação de indicadores financeiros, é possível verificar como as empresas estão com relação à sua capacidade de honrar compromissos assumidos e com relação ao endividamento com terceiros, suas atividades operacionais e rentabilidade.

Os índices são importantes ferramentas informativas, pois revelam a real situação de solvência ou liquidez das empresas, de maneira como a empresa vai saldar suas contas ou então como serão destinados os recursos da mesma, obtendo dados sobre a rentabilidade. Esse processo exige que sejam analisados os índices em relação ao prazo estabelecido, por esse fato outros indicadores como o de rotatividade são importantes,

pois torna possível analisar os giros do estoque, os prazos de recebimentos, os de pagamento por parte dos consumidores entre outros (MATARAZZO, 1998 p. 142).

A maioria dos pesquisadores dessa área nos revela que além de mais de um período de análise, é necessário comparar os resultados individuais com outras empresas do mesmo setor para que seja mais eficaz a análise auferida. Dessa maneira, para o desenvolvimento desta monografia será feito um estudo comparativo para diagnosticar os indícios que apontam as Empresas de Transporte para o Processo Falimentar.

Por fim, este trabalho está estruturado, além desta Introdução, com o seguinte desenvolvimento: Fundamentação Teórica, Metodologia de Pesquisa, Consolidação das Informações das Empresas, Análise Financeira e Considerações Finais.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante desta realidade, busca-se fazer a seguinte pergunta: Como identificar, a partir dos relatórios econômicos financeiros de Empresas de Transporte em Processo Falimentar os indícios que definiram o pedido de falência?

1.2 OBJETIVOS

• Objetivos Geral

O presente trabalho tem por objetivo analisar/identificar a situação econômica- financeira das Empresas de Transporte em Processo de Recuperação Judicial por meio de um Estudo Comparativo para diagnosticar os indícios que apontaram para o Processo Falimentar.

• Objetivos Específicos

Quanto aos objetivos específicos:

- ✓ Analisar os relatórios das Empresas selecionadas do ponto de vista da Análise Econômico Financeira;

- ✓ Demonstrar os principais indícios da fragilidade dos índices (indecisões) apresentada pelas Empresas;
- ✓ Consolidar mediante relatório consubstanciado que justificaria o pedido de recuperação judicial;

1.3 JUSTIFICATIVA TEÓRICO PRÁTICA

Do ponto de vista teórico/conceitual este trabalho se justifica porque vem demonstrar a importância das informações geradas pela Análise das Demonstrações Contábeis em um Processo Falimentar, não há como negar a importância dos indicadores econômico-financeiros das empresas como elemento de análise de desempenho em determinado período de tempo. Demonstra também a importância da elaboração e análise das medidas econômico-financeiras como ferramenta nas tomadas de decisões.

Os indicadores econômico-financeiros podem não espelhar perfeitamente a situação da empresa e seu futuro, mas, sem dúvida, informam com elementos numéricos os resultados e a situação alcançada pela mesma em um determinado período de tempo e se bem empregado poderá evitar desconfortos para a Empresa no futuro.

Embora tenha se observado a elaboração de vários trabalhos acadêmicos que analisem organizações por meio de indicadores econômicos e financeiros, e outros que criticam a limitação desses indicadores e propõem o uso de ferramentas mais modernas de avaliação de empresa, como Balanced Scorecard, EVA etc., observam-se poucos estudos que analisem em conjunto com a questão de recuperação judicial.

Do ponto de vista prático busca analisar comparativamente os principais indícios que levam as Empresas na tomada para solicitar o Processo de Recuperação Judicial, através de documentos que servirão de estudo e pesquisa.

Justifica-se também de maneira prática, pois vai contribuir para identificar comparativamente com outras empresas do mesmo segmento, os motivos que levam o pedido de Recuperação Judicial.

Além disso, a pesquisa contribui academicamente para consolidar os conhecimentos adquiridos tanto no Curso de Graduação como o de Pós Graduação na área contábil e também financeira.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Marion (2006, p.26), considera a contabilidade como um instrumento pelo qual ajuda a administração de uma empresa nas tomadas de decisões, avaliando e analisando todos os dados econômicos da organização a partir de relatórios. As demonstrações contábeis se caracterizam como os próprios relatórios ou sumários que evidenciam os aspectos econômicos e ou patrimoniais.

Braga (1999, p.166), diz que as análises das demonstrações contábeis são importantes instrumentos gerenciais que permite aos administradores de uma empresa ter uma visão mais ampla dos negócios da organização, garantindo que de certa forma os recursos da empresa sejam aplicados de maneira eficiente e principalmente de acordo com as metas e objetivos operacionais e institucionais da organização. As informações contábeis devem ser desenvolvidas juntamente com a área administrativa da empresa levando em consideração os fatores que envolvem planejamento, execução e análise do desempenho.

Compreende-se que as Demonstrações Contábeis são de suma importância para as pessoas que compõe o cenário organizacional, desde o presente até os funcionários, pois possibilita o esclarecimento das ações econômicas e informações patrimoniais da empresa. As demonstrações Contábeis também interessam ao público externo, tais como acionistas, clientes, fornecedores e etc., sendo estes usuários das demonstrações.

Silva (2001, p.71), acrescenta que as Demonstrações Contábeis se constituem como um meio de comunicação, um canal pelo qual a empresa apresenta informações e dados aos diferentes usuários internos e externos caracterizando assim transparência em suas operações, atingindo assim uma dimensão que transpassa o contexto fiscal e compreende a dimensão ética. Segundo o autor uma empresa consciente de suas funções para com seus fornecedores, clientes, acionistas, investidores e funcionários têm estabelecido informações cada vez mais precisas de sua real funcionalidade.

Ludícibus (1998, p.20), define as análises de demonstrações contábeis como uma "a arte de saber extrair relações fiteis, para o objetivo econômico que tivermos

em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos (...).

As demonstrações financeiras dizem respeito aos relatórios construídos a partir dos dados da empresa, as análises de balanço irão transformar esses dados em informações mais condizentes com a realidade financeira da empresa.

Os dados iniciais se adquirem da contabilidade, sendo submetidos a evidenciar de fato e periodicamente uma gama de procedimentos contábeis inseridos nas atividades da empresa, envolvendo demonstrações dos resultados obtidos durante um prazo determinado, possíveis alterações em seu patrimônio líquido. (MATARAZZO, 2010, p.4).

2.1.1 Demonstrações Contábeis Conforme Lei 11.638/07

A contabilidade atual passou por grandes transformações. O surgimento da lei 11.638/07 criada no ano de 2007 que altera a lei 6.404/76 para S/A trouxe algumas modificações nas regras contábeis. Conforme a lei 11.638/07 em seu art.178 no ativo ocorrerá modificações; inclusão do grupo Ativo não circulante composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. No Passivo Ocorrerá à inclusão do grupo Passivo não circulante e o patrimônio líquido será dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de Lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados. Ainda de acordo com a lei 11.638/07 art. 176, ocorreram alterações na eliminação da DOAR (Demonstração das Origens e Aplicações de Recurso), para a entrada da DFC (Demonstração de Fluxo de Caixa) e se a companhia for S/A de capital aberto apresentar a DVA (Demonstrações do Valor Adicionado).

Atualmente, o uso constante das análises Econômicas e Financeiras é um fator importante para sobrevivência das entidades, ao reconhecimento desta importância, a contabilidade vem evoluindo acompanhando o avanço da Globalização e do progresso da tecnologia, e tornou-se como uma das principais ferramentas para a gestão empresarial.

2.2 DIVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.2.1 Balanço Patrimonial

O balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática. Sendo assim a principal demonstração contábil.

Segundo Iudícibus, Martins, Gelbcke (2010 pag. 6) o artigo 178 da Lei nº 6.404/76, fala que: “no balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia”.

Ainda de segundo Iudícibus, Martins, Gelbcke (2010 p.6) “o balanço é composto por três elementos básicos: Ativo, passivo e Patrimônio Líquido”.

O Ativo compreende as aplicações de recursos, normalmente em bens e direitos; O Passivo compreende as exigibilidades e obrigações; O Patrimônio Líquido representa a diferença entre o ativo e passivo, ou seja, o valor líquido da empresa.

2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício evidencia o resultado que a empresa alcançou com o desenvolvimento de suas atividades, ou seja, demonstra as receitas e as despesas no período analisado. Dessa forma, é um importante instrumento à disposição do tomador de decisão, que poderá analisar detalhadamente como foi gasto os numerários e quanto foi arrecadado com os esforços da empresa.

A demonstração de resultados do exercício visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para contas do patrimônio líquido. O lucro (ou prejuízo) é resultado de receitas, custos e despesas incorridos pela empresa no período e apropriados segundo o regime de competência, ou seja, independentemente de que tenham sido esses valores pagos ou recebidos. (ASSAF NETO, 2006, p. 84.)

No processo de análise das demonstrações contábeis é fundamental a análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, todavia, a análise de outras demonstrações, como DLP, DMPL, DFC e DVA

constitui-se parte importante para a interpretação da situação econômico-financeira da empresa em análise.

2.2.3 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

É a demonstração que possibilita evidenciar o lucro do período e a sua distribuição, ou seja, indica como a empresa está destinando o lucro contábil. Recomenda-se a substituição da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, pois possui uma maior riqueza de informações.

2.2.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Evidencia a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido, por isso é uma demonstração completa e abrangente.

Conforme afirmam Iudícibus, Martins e Gelbcke (2006, p. 376): “É de muita utilidade, pois fornece a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas componentes do Patrimônio Líquido”; faz clara indicação do fluxo de uma conta para outra e indica a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição no Patrimônio Líquido durante o exercício.

2.2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

É um importante instrumento gerencial, pois permite avaliar a capacidade de a empresa honrar seus compromissos e gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa. Com a nova legislação deixou de ser apenas um instrumento gerencial para se tornar uma demonstração obrigatória.

A DFC indica a origem de todo o dinheiro que entrou no caixa e a aplicação de todo o dinheiro que saiu do caixa em determinado período. Portanto a análise da DFC vai propiciar ao gerente financeiro a elaboração de um melhor planejamento financeiro, quando será necessário contrair empréstimo para cobrir uma possível insuficiência de fundos, ou quando irá aplicar no mercado financeiro o excesso de dinheiro em caixa, proporcionando maior rendimento à empresa.

Conforme enfatiza Marion (2009, p. 52): “A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um dos principais relatórios contábeis para fins gerenciais”. No Brasil, com a modificação da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 11.638/07, tornou-se obrigatória para as companhias abertas e as de grande porte (as grandes Ltdas.).

2.2.6 Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado identifica o valor da riqueza gerada pela empresa e como foi distribuída ou transferida. De acordo com Marion (2009, p. 57): “A DVA evidencia quanto de riqueza uma empresa produziu, ou seja, quanto ela adicionou de valor a seus fatores de produção, e de que forma essa riqueza foi distribuída (entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital) e quanto ficou retido na empresa”.

A Demonstração do Valor Adicionado também teve a sua elaboração e divulgação obrigadas para todas as companhias abertas com a Lei nº 11.638/07. Assim, todos os instrumentos contábeis mencionados e as ferramentas utilizadas para analisá-los devem ser conhecidos a fundo pelos avaliadores. Lembrando, mais uma vez, que a contabilidade é que prepara e fornece as demonstrações que são os insumos básicos para a utilização dos índices e das demais formas de análises.

Dessa forma, também é vital que essas demonstrações sejam fidedignamente elaboradas para fornecerem informações confiáveis e úteis através das análises que servirão de base para as tomadas de decisões.

2.3 FORMAS DE ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para uma boa análise é necessário entendimento dessas demonstrações e das técnicas utilizadas, escolhendo indicadores claros e precisos, tomando cuidado para que não haja interpretação distorcida desses índices.

Conforme comenta Padoveze (2000, p. 133): “Há possibilidade de extração de muitos indicadores através da análise de balanço”. Entendemos, porém, que os indicadores a serem calculados através do sistema de informação contábil devem restringir-se a quantidade mínima possível, sob pena de a análise financeira mensal tornar-se muito prolixa.

Assim de posse dos dados levantados pela contabilidade, através das informações fornecidas pelo sistema de informação contábil, escolhendo a melhor técnica de análise, pode-se identificar o desempenho da empresa e traçar paralelos com outras empresas de mesmo ramo de atividade, podendo tomar as decisões que se fizerem necessárias, de forma mais segura e fundamentada.

2.3.1 Análise Econômica Financeira

Para que seja realizado um estudo econômico financeiro nas empresas é necessário conhecimentos nas demonstrações financeiras, para que o administrador interno da empresa possa visualizar o desempenho geral, de forma que sejam identificados os resultados retrospectivos e prospectivos das diversas decisões financeiras a serem tomadas.

As informações extraídas de um balanço tem uma aplicação entre os quais podemos destacar a avaliação de desempenho, tais como margem de lucro, taxas de retorno do capital próprio, porém, vários autores definem uma análise das demonstrações contábeis como:

Padoveze, Benedicto (2004, p. 76), diz que o objetivo das demonstrações financeiras contábeis compreende a indicação de informações numérica, preferencialmente de dois ou mais períodos regulares, de modo a auxiliar ou instrumentalizar gestores, acionistas, clientes, fornecedores, investidores e outras pessoas interessadas em conhecer a situação da empresa ou tomar decisão.

Matarazzo, (1998, p. 29), um dos elementos mais importantes da tomada de decisão relacionados a uma empresa é a análise das suas demonstrações financeiras. A análise de balanço é um trabalho fascinante para as áreas de finanças e contabilidade. É através dela que se podem avaliar os efeitos de certos eventos sobre a situação financeira de uma empresa.

2.3.2 Análise Horizontal e Análise Vertical

Uma das técnicas mais simples de aplicação, porém se torna importante, pois através dela extraímos informações ricas geradas para avaliação do desempenho da empresa.

2.3.2.1 Análise Horizontal

Através da análise horizontal permite-se avaliar a evolução dos vários itens de cada demonstração financeira com intervalos sequenciais de tempo. Sua finalidade é elucidar variações de cada conta do grupo, objetivando tendências. Análise horizontal é realizada com a utilização de índices considerando um ano base, e o seu valor será associado a 100.

“Uma vez que os balanços e demonstrações de resultados estejam expressos em moeda de poder aquisitivo da mesma data, a análise horizontal assume certa significância e pode acusar imediatamente áreas de maior interesse para investigação”. (IUDÍCIBUS, 1995, p.74)

2.3.2.2 Análise Vertical

Uma das grandes finalidades da análise vertical é proporcionar uma verificação da estrutura de composição dos itens das demonstrações e sua evolução no tempo, com objetivo especial estudar as tendências. Através da análise vertical estabelece a base e a partir dela é possível verificar quanto cada um dos demais itens representa em relação àquele escolhido como base.

A análise vertical mostra a importância de cada conta em relação à demonstração financeira a que pertence e, através da comparação com padrões do ramo ou com percentuais da própria empresa em anos anteriores, permitir informar se há itens fora das proporções normais. A análise horizontal mostra a evolução de cada conta das demonstrações financeiras e, pela comparação entre si, permitir tirar conclusões sobre a evolução da empresa. (Matarazzo, 1998, p. 255 e 256)

2.3.3 Indicadores Econômicos Financeiros

Os indicadores econômico-financeiros de liquidez visam medir a capacidade de pagamento de uma empresa, ou seja, se há capacidade de cumprir com as obrigações assumidas.

2.3.3.1 Indicadores de Liquidez

Mostram a situação financeira de qualquer empresa. Índices de Liquidez não são extraídos do fluxo de caixa das empresas e não são índices de capacidade de pagamento, que comparam as entradas e saídas de dinheiro, seja caixa ou equivalente-caixa.

Os índices de Liquidez comparam o que as empresas possuem de ativos circulantes (ou direitos de longo prazo) com as obrigações, procurando medir a solidez financeira das organizações. Uma empresa que apresente bons índices de Liquidez possui condições de ter boa capacidade de pagamento de obrigações. No entanto, isso não é uma certeza, já que existem outros fatores, como prazo de vencimento e renovação de dívidas, que impedirá ou dificultará o pagamento dessas obrigações.

Matarazzo (1998, p.169) “registra que os índices de liquidez mostram a base da situação financeira da empresa e completa que: Não são índices extraídos do fluxo de caixa que comparam as entradas com as saídas de dinheiro. São índices que, a partir do confronto dos Ativos Circulantes com as dívidas, procuram medir quão sólida é a base financeira da empresa”.

Os principais índices que medem a liquidez da empresa serão descritos abaixo.

a) Liquidez Corrente

Segundo ASSAF NETO (2003, p.107), “refere-se à relação existente entre o ativo circulante e o passivo circulante, ou seja, de \$ 1,00 aplicado em haveres e direitos circulantes, quanto a empresa deve em curto prazo”.

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

b) Liquidez Seca

Seu objetivo é apresentar a capacidade de pagamento da empresa no curto prazo sem levar em consideração os estoques, que são considerados elementos

menos líquidos do ativo Circulante. Após a retirada dos estoques a liquidez da empresa passa a não depender deste elemento não monetário, suprimindo a necessidade do esforço de venda para quitação das suas obrigações de curto prazo.

$$\text{LIQUIDEZ SECA} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{ESTOQUES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

c) Liquidez Imediata

Segundo ASSAF NETO, (2003, p. 108), “reflete a porcentagem das dívidas de curto prazo (passivo circulante) que pode ser saldada imediatamente pela empresa, por suas disponibilidades de caixa”. Evidentemente, quanto maior se apresentar esse índice, maiores serão os recursos financeiros mantidos pela empresa. Pouco significativo apresenta esse índice para os analistas externos.

Com o desenvolvimento do mercado de crédito, esse índice passou a ter pouca relevância na maior parte das empresas. Nos dias atuais, não é aconselhável manter disponibilidades muito elevadas, deixando de investir na própria atividade.

$$\text{LIQUIDEZ IMEDIATA} = \frac{\text{DISPONÍVEL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

d) Liquidez Geral

Este índice é determinado pela seguinte expressão:

$$\text{LIQUIDEZ GERAL} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{ATIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

A Liquidez Geral mostra a relação entre o ativo circulante mais Ativo não circulante, com o passivo circulante mais o exigível a longo prazo. Retrata a saúde financeira da empresa a longo prazo.

Segundo ASSAF NETO, (2003, p. 108), “a importância desse índice para análise da folga financeira pode ser prejudicada se os prazos dos ativos e passivos, considerados em seu cálculo, forem muito diferentes”.

O ideal é que este índice não seja inferior a 1, sendo este índice menor que 1, a empresa passa a financiar pelo menos em partes as aplicações no permanente com recursos de terceiros, gerando grandes dificuldades de pagamento das obrigações.

2.4 ESTRUTURAS DE CAPITAL

Esta análise serve para tomadas de decisões financeiras, usando a ótica da obtenção de aplicação de recursos. Temos como indicadores:

Participação do Capital de Terceiros, Composição das Exigibilidades, Imobilização de Recursos Próprios, e Capitalização.

Estes grupos de indicadores demonstram a estrutura da empresa, denominando por capital próprio ou de terceiros, se as obrigações estão concentradas no curto ou longo prazo, o quanto de capital próprio está investido da empresa em imobilizados, ou se a empresa está se capitalizando ou se descapitalizando durante os períodos analisados.

2.4.1 Participação do Capital de Terceiros

A Participação do Capital de Terceiros evidencia a relação do Capital de Terceiros com o Patrimônio Líquido da empresa. Este indicador demonstra o quanto a empresa tomou de capital de terceiros para cada \$ 100 de capital próprio.

$$\text{PARTICIPAÇÃO CAP. TERCEIROS} = \frac{\text{CAPITAL DE TERCEIROS}}{\text{PATRIMONIO LIQUIDO}}$$

2.4.2 Composição da Exigibilidade

Este índice torna-se uma medida de qualidade do passivo da empresa, quando se diz respeito a prazos, pois se compara o grau do endividamento de curto prazo sobre o endividamento total. Pois quanto mais curto for o vencimento das parcelas exigíveis, mais será o risco da empresa.

Para IUDÍCIBUS (1998), “uma empresa em expansão deve procurar financeira seu endividamento em longo prazo, possibilitando uma geração adicional

para amortização de suas dívidas sem precisar se preocupar com as novas aquisições de equipamentos ou novos recursos de produção”.

Este indicador é representado da seguinte forma:

$$\text{COMPOSIÇÃO DE EXIGIBILIDADE} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}{\text{PC} + \text{PELP}}$$

2.4.3 Imobilização de Recursos Próprios

Para MATARAZZO, (2010, p. 91), “este índice demonstra o quanto a empresa investiu no ativo permanente utilizando os recursos do patrimônio líquido da empresa, pois se a empresa investir mais no ativo permanente, menos recursos próprios estarão disponíveis para empresa investir no seu ativo Circulante, aumentando a dependência do capital de terceiros”.

$$\text{IMOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS} = \frac{\text{ATIVO PERMANENTE}}{\text{PATRIMONIO LIQUIDO}}$$

2.4.4 Capitalização

Capitalização é a relação entre os capitais Próprios Médios com o Ativo Médio, este indicador demonstra o volume de recursos gerados ainda permanentes da empresa para financiamento das suas atividades. Este índice pode ser interpretado como quanto maior melhor, da seguinte forma.

$$\text{CAPITALIZAÇÃO} = \frac{\text{CAPITAIS PRÓPRIOS MÉDIOS}}{\text{ATIVO MÉDIO}}$$

2.5 INDICES DE RENTABILIDADE

Conforme MATARAZZO (2003, p. 175), “os índices de Rentabilidade mostram qual é a rentabilidade dos capitais investidos, ou seja, quantos renderam os investimentos, qual o grau de êxito econômico da empresa. Os índices estão

voltados para aspectos econômicos, pois os valores são encontrados através de resultados na Demonstração do Resultado do Exercício”.

2.5.1 Margem Líquida

A Margem Líquida indica quanto à empresa consegue gerar de lucro para cada R\$100,00 gerados de vendas. Quanto maior for este índice, melhor será para a empresa analisada.

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Vendas Líquidas}}$$

2.5.2 Rentabilidade do Ativo

Este índice avalia o quanto a empresa consegue gerar de lucro a cada R\$100,00 que foram realizados de investimentos totais, ou seja, suas aplicações de recursos representadas pelos ativos.

De maneira mais genérica, quanto maior for este índice melhor a empresa estará com relação à rentabilidade de seus ativos.

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Ativo}}$$

2.5.3 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

MATARAZZO (1998), diz “que papel do índice de rentabilidade do Patrimônio Líquido é demonstrar a taxa de rendimento do Capital Próprio da empresa, sendo possível avaliar se a empresa oferece rentabilidade superior ou inferior às outras opções”.

O índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido apresenta a quantidade de lucro que a empresa gerou para cada R\$100,00 aplicados no capital próprio, ou seja, em seu Patrimônio Líquido. Isso quer dizer que quanto maior for seu valor, mais a empresa conseguirá aumentar seu capital próprio com o retorno de suas atividades operacionais.

$$\text{Imobilização do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Bens Permanentes} \times 100}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

2.5.4 Giro do Ativo

Indica o quanto a empresa consegue gerar de vendas (em unidades monetárias) comparando com os investimentos totais realizados (os ativos totais).

Em uma análise mais simples desse índice, quanto mais a empresa vender, melhor será para sua estrutura interna.

Um dos fatores do sucesso empresarial é o ritmo de crescimento dos seus montantes de vendas realizadas em períodos idênticos de tempo. O valor de vendas realizadas deve ter relação direta com os investimentos realizados.

Normalmente, quanto mais se investe nos ativos de uma empresa, mais ela terá condições de gerar receitas. No entanto, isso nem sempre funciona efetivamente, porque nunca se pode olhar apenas para o valor das vendas absolutas de maneira isolada.

$$\text{Giro do Ativo} = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo}}$$

2.6 CIRCULAÇÃO DE CAPITAIS

A Ciclotria tem por finalidades dirigir as origens e aplicações que se renovam ou substitui durante um determinado período de tempo, direcionando proporções ideais dos componentes do ativo e do passivo que dificilmente serão fixados.

Esta análise torna-se um elemento informativo para os gestores da empresa permitindo evitar distorções relevantes, trazendo melhor visualização da distribuição dos capitais refletindo na redução dos investimentos e na conseqüente redução dos capitais terceiros ou próprios.

2.6.1 Ciclo Operacional e Financeiro

Compreende o período ou intervalo de tempo decorrido entre o momento em que a empresa adquiriu suas matérias-primas, e o momento em que recebe suas vendas. O ciclo é influenciado, positivamente ou negativamente, pelo giro dos estoques e principalmente pelo recebimento das vendas financiadas para o cliente final.

Ambas podem influenciar no fluxo de caixa da empresa, pois além de determinar o tempo de pagamento entre compra e venda, determina a capacidade da empresa de financiar a venda de seus clientes.

O Ciclo financeiro determina o período decorrido entre o pagamento dos fornecedores e o recebimento das duplicatas, indica quanto a empresa terá que financiar suas operações sem os recursos dos fornecedores, possibilitando a outras fontes de recursos de financiamento, ou seja, determina o período de desembolso para pagamento de insumos até o recebimento das vendas efetivadas.

2.6.2 Prazo Médio de Estoque de Mercadorias

O prazo médio de estoque de mercadoria é calculado de forma há identificar quanto tempo à mercadoria permanece em estoque, ou seja, quantos dias decorrem entre a compra.

$$PME = \frac{SALDO M\u00c9DIO DE ESTOQUES}{CUSTO DAS VENDAS} X DIAS DO PER\u00cdODO$$

2.6.3. Prazo Médio de Recebimento de Duplicatas

O prazo médio de recebimento de duplicatas é calculado de forma a identificar o tempo que à empresa esperar para receber as vendas realizadas no período, sendo representada da seguinte forma:

$$PMR = \frac{SALDO M\u00c9DIO DE CLIENTES}{RECEITA OPERACIONAL BRUTA} X DIAS DO PER\u00cdODO$$

2.6.4 Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores

O prazo médio de pagamento a fornecedores é calculado para identificar quanto à empresa demora em pagar suas obrigações com seus fornecedores, é representado da seguinte forma:

$$PMP = \frac{\text{SALDO MÉDIO DE FORNECEDORES}}{\text{MONTANTE DE COMPRA}} \times \text{DIAS DO PERÍODO}$$

2.7 A ANÁLISE DO CAPITAL DE GIRO

Análise representada pelo cálculo dos índices de rotação ou prazos médios (recebimento, pagamento e estocagem). Com a utilização desses índices é possível construir um modelo de análise de investimentos e financiamento de capital de giro.

De acordo com Matarazzo (2010), “esse tipo de análise é muito importante para a tomada de decisão gerencial, bem como para a avaliação da capacidade de administração do capital de giro da empresa”.

A dinâmica financeira auxilia a empresa identificar se há capital disponível para suprir suas necessidades de compras de mercadoria até o recebimento de suas vendas, pois caso ela não tenha capital suficiente para suprir suas necessidades, deverá recorrer a recursos de terceiros de curto ou longo prazo.

Segundo Matarazzo (1998, p. 343), “a necessidade de Capital de Giro, é não só um conceito fundamental para a análise da empresa do ponto de vista financeiro, ou seja, análise de caixa, mas também de estratégias de financiamento, crescimento e lucratividade”. Os conceitos importantes para o entendimento da Necessidade do Capital de giro são: Refere-se a um conceito econômico-financeiro, porém não uma definição legal, pois refletem saldos de contas cíclicas diretamente ligadas as operações da empresa; Toda modificação que possa ocorrer no ambiente econômico da empresa, podem afetar diretamente a Necessidades de Capital de Giro, aumentando ou reduzindo o credito de fornecedores, prazos, alterações nos níveis de imposto, etc, refletidos em curto prazo; Empresas com Necessidades de Capital de Giro negativa apresenta um ciclo financeiro constituído de saídas de caixa posteriores às entradas, portanto o passivo cíclico torna-se maior que o ativo cíclico.

2.8 ASPECTOS CONCEITUAIS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

2.8.1 Surgimento da Lei 11.01/2005

A Lei 11.101/2005 - Lei de Recuperação de Empresas e Falência, veio em substituição ao antigo Decreto-Lei 7.661/1945 - Lei de Falências e Concordatas. Ela oferece mais transparência em seus procedimentos, bem como maior controle do processo por parte dos stakeholders (fornecedores, acionistas, governo, etc.). Também permite que aqueles que tiveram insucesso no exercício de sua atividade econômica possam resgatar sua credibilidade e recuperar suas empresas, econômica e financeiramente, assegurando equilíbrio nas relações jurídico-econômicas e contribuindo para o fortalecimento da economia.

Gonçalves (2011, p. 57) afirma:

A criação do instituto da recuperação judicial é um importantíssimo avanço trazido pela Lei nº 11.101/2005. Trata-se de instituto que busca viabilizar a reestruturação da empresa em crise, pois nem sempre soluções existentes no próprio mercado mostram-se suficientes para auxiliá-la na superação desse mal momento. Por essa razão, o Estado, por meio da nova lei, possibilita a essas empresas a apresentação de um plano de recuperação.

A norma técnica possui diversos mecanismos e ferramentas para o soergimento da empresa. Porém, eles precisam ser exercitados com eficiência e eficácia por profissionais especializados e multidisciplinares.

A Lei atual exige o acompanhamento diário da empresa. Esse acompanhamento pode ser verificado através de relatórios mensais das atividades empresariais, bem como pelo cumprimento do Plano de Recuperação. Dessa forma, não se permite o amadorismo, tampouco a participação de profissionais que não sejam comprovadamente especializados.

Soma-se a visão de Perin Júnior (2006, p. 41), destacando a importância da empresa: “É das empresas que provém a grande maioria dos bens e serviços consumidos pelo povo, e é delas que o Estado retira a parcela maior de suas receitas fiscais. É em torno da empresa, ademais, que gravitam vários agentes econômicos não assalariados, como investidores de capital, os fornecedores, os prestadores de serviço”.

O significado de recuperar uma empresa é muito mais amplo do que parece. Significa a completa reorganização econômica, administrativa e financeira da atividade privada. Na prática, muitas vezes o empresário construiu a empresa com esforço e competência, mas não conseguiu superar determinadas dificuldades.

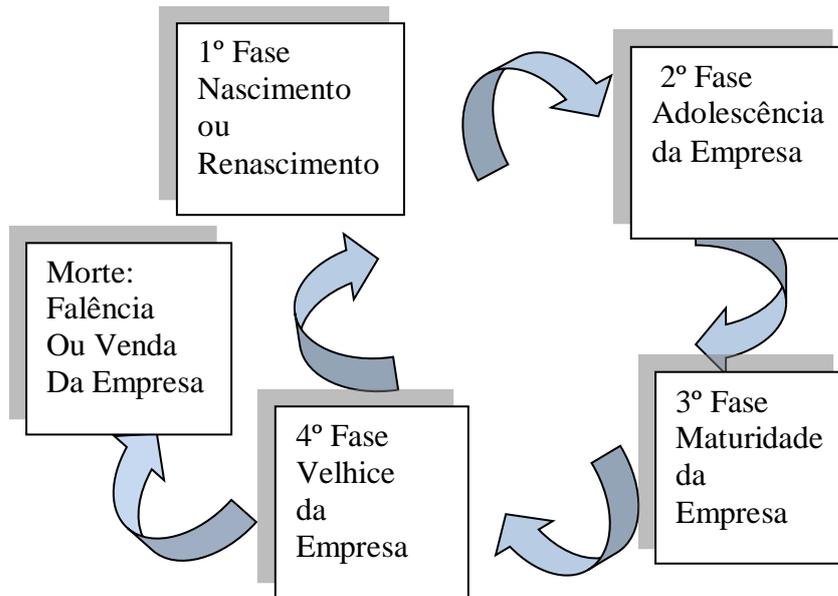
Isso acontece devido a: Redução no poder de compra e de venda; Falta de planejamento em relação à carga tributária e burocracia excessiva; Relação com empregados repleta de preconceitos e potencialmente conflitante; Empresa sustentada por uma legislação trabalhista defasada, dentre outros problemas.

Recuperar uma empresa mantendo essa situação é inviável. Uma vez que não se tem poder para alterar os óbices inerentes ao que se costuma chamar de custo Brasil, só resta ao empresário o caminho de modificar o que pode ser modificado: a relação da empresa com seus colaboradores.

A viabilidade de uma empresa insolvente, e das potencialmente insolventes, por não operarem com lucro, passa pelo estabelecimento de uma relação moderna entre os que dirigem a organização e os que são responsáveis pelos processos inerentes a ela, sejam eles de transformação ou administração.

A empresa deve ser uma equipe, e os que trabalham nela ou para ela, parceiros. O papel do empresário é buscar negócios, atender de forma personalizada aos clientes, visitar fornecedores, conseguir inovações tecnológicas, atualizar-se, participar de associações empresariais, lutar para superar os obstáculos gerenciais, e uma série de outras coisas que ele geralmente não faz por estar voltado para dentro de sua empresa, envolvido em reuniões improdutivas e preocupado com a necessidade de interferir no sistema operacional. Na prática, suas únicas atividades externas resumem-se a buscar dinheiro para suprir recursos de uma organização que não consegue sobreviver sem aportes externos de dinheiro.

FIGURA 1 - O CICLO DE VIDA DAS EMPRESAS



FONTE: MILLER E FRIESEN (1983, P. 340; 1984, P. 1163)

Em geral, é possível se recuperar uma organização, mas esta é uma tarefa que o empresário não pode realizar sozinho. A recuperação da empresa, na maioria das vezes, atravessa um cenário com as seguintes características:

I) Insolvência ou pré-insolvência; II) Desordem administrativo-financeira; III) Baixa moral dos funcionários; IV) Sérios problemas tributário-fiscais; V) Incapacidade de geração de valor.

Diante disso, surgiu a necessidade de se ter uma nova legislação profissional, capaz de conter mecanismos modernos e de total transparência. Também que possibilite a esse mesmo empresário o soerguimento de sua empresa, desde que tenha condições mínimas de viabilidade e preencha aos requisitos exigidos por Lei para se recuperar.

Para Ronconi o ente econômico produtivo deve ser mantido, ao máximo possível. Cita:

Importante ser ressaltado o princípio da preservação da Empresa, cujo ensinamento vem ao encontro dos interesses da sociedade brasileira, [...], entendendo serem claros e ruinosos os reflexos sociais e comerciais da cessação das atividades da Empresa, no sentido de se recomendar que se evite a decretação da Falência o máximo possível, limitando-se aos casos em que a recuperação da sociedade empresária seja inviável (RONCONI 2002, p.16).

2.8.2 Recuperação Judicial e Extrajudicial

A recuperação da empresa passa a ser amparada pela Lei 11.101/2005, que trata da recuperação nas modalidades Judicial e Extrajudicial, bem como regula a falência do empresário e da sociedade empresária.

Nesse novo cenário econômico, haverá forte mudança de paradigmas para a empresa e para o empresário. Da mesma forma, os credores (Fisco, bancos, comércio, indústria e trabalhadores) deverão reformular profundamente seus conceitos acerca da preservação da empresa, do emprego e do bom nível de produção, e os colocar como objetivos a serem valorizados novamente.

A Recuperação Judicial objetiva viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor. Permite a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e do interesse dos credores. Promove desse modo, a preservação da empresa e, principalmente, de sua função social, continuando a gerar riquezas e fortalecendo a economia do País.

Em suma, a Recuperação Judicial é uma medida legal destinada a evitar a falência. Ela proporciona ao empresário devedor a possibilidade de apresentar aos seus credores, em juízo, formas para quitação do débito.

Já o instituto da Recuperação Extrajudicial, como o próprio nome diz, ocorre fora do judiciário. Com ela, o empresário devedor poderá negociar diretamente com seus credores sem a participação do juiz, hipótese em que é elaborado um acordo que poderá ou não ser homologado por este. É importante frisar que as dívidas tributárias, trabalhistas, que derivam de arrendamento mercantil e outras, não serão incluídas nessa negociação.

Alegria (1975, p. 266, apud FAZZIO JÚNIOR, 2010, p. 104) define recuperação extrajudicial como sendo:

Um procedimento alternativo para a prevenção de quebra nas crises empresariais, que tem como peculiaridade a gestão privada dos acordos, com previsão de um processo regrado na etapa judicial final, a exigência da concordância da maioria de credores, a liberdade de conteúdo [...] e, finalmente, a homologação judicial que lhe outorga efeitos em face de uma eventual quebra posterior.

Uma vez feito o acordo entre o empresário devedor e seus credores, e aprovado por 3/5 dos credores, seu cumprimento se torna obrigatório para todas as partes.

Na Recuperação Judicial, a empresa que a requerer passará por um exame de viabilidade efetuado pelo Judiciário, em função da importância social, da mão-de-obra e tecnologia empregadas, do volume do ativo e passivo, do tempo de existência da empresa e de seu porte econômico.

2.8.3 Meios de Recuperação da Atividade Econômica

Na Lei 11.101/2005, há uma lista de meios de recuperação da atividade econômica (artigo 50). Existindo o interesse de pleitear a vantagem, os administradores da empresa deverão analisar quais os meios mais indicados para a superação da crise.

Dentre os meios possíveis, estão a título exemplificativo: I) cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade; II) constituição de subsidiária integral, ou cessão de cotas ou ações, respeitados os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente; III) alteração do controle societário; IV) substituição, total ou parcial, dos administradores do devedor ou modificação de seus órgãos administrativos; V) concessão aos credores de direito de eleição, separado de administradores, e de poder de veto em relação às matérias que o plano especificar; VI) aumento de capital social; VII) redução salarial, compensação de horários e redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva, dentre outros meios.

O objetivo desse processo é a reorganização da empresa. Para isso, é necessária a atuação de órgãos específicos, como Assembleia Geral dos credores, Administrador Judicial e Comitê.

A Assembleia Geral é o órgão colegiado e deliberativo responsável pela manifestação dos interesses dos credores. Sua competência está demonstrada no art. 35, I, letras de "a" a "f", da Lei 11.101/05.

Nesta, há várias instâncias de deliberação: plenário da assembleia, Recuperação Judicial de Empresas, credores trabalhistas, titulares de direitos reais de garantia, titulares de privilégios geral ou especial, quirografários e subordinados.

Para aprovação do Plano de Recuperação Judicial, é preciso maioria simples dos presentes em cada instância, com exceção do plenário. Depois da primeira

votação, o plano deve ser aprovado pelos titulares de mais da metade do passivo correspondente à classe presente à Assembleia.

2.8.4 Fases do Processo de Recuperação Judicial

Um processo de recuperação judicial é dividido em 3 etapas distintas. O texto da Lei nº 11.101/05 possibilita identificar as fases processuais da recuperação judicial no capítulo III, divididos nas seções II – Do pedido e do Processamento da Recuperação Judicial, III – Do plano de Recuperação Judicial e IV – Do procedimento de Recuperação Judicial.

Segundo Barros (2009, p. 114) e Coelho (2009, p. 378), as fases processuais dividem-se em: fases postulatórias, fase deliberativa e fase de execução.

Fase Postulatória: “É compreendida entre a petição inicial e despacho proferido pelo magistrado deferindo a recuperação judicial, não existindo ainda a recuperação judicial, mas sim os trâmites para a sua obtenção (BARROS, 2009)”. Esta fase processual tem início quando a devedora ingressa com o pedido da recuperação judicial com base nos requisitos estabelecidos pela lei.

Fase Deliberativa: Nesta fase processual, o devedor deve apresentar o seu plano de recuperação no prazo improrrogável de sessenta dias, sob pena de declaração de sua falência, o qual deve conter os meios a serem empregados no plano de recuperação de entidade (citados no artigo 50 da Lei nº 11.101/05), bem como, a viabilidade econômica da recuperação da entidade. Deve também apresentar ao magistrado um laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos. Subscritos por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.

Fase de execução: Nesta fase processual, o devedor deverá dar cumprimento ao plano de recuperação homologado pelo magistrado. A execução do plano é realizada durante a fase de execução, sob total supervisão do administrador judicial e do comitê de credores. O administrador judicial possui a função de posicionar o magistrado quanto ao andamento da recuperação judicial e o cumprimento do plano.

Durante toda a fase de execução até o encerramento do processo de recuperação judicial, a sociedade empresária é obrigada a acrescer ao seu nome a expressão “em Recuperação Judicial”. Para Barros (2009, p. 127), a omissão da expressão “em Recuperação Judicial” ao nome da sociedade empresária acarreta “a responsabilidade civil direta do devedor, ou, quando se tratar de sociedade

empresária, dos administradores que a representam, pelos prejuízos que essa omissão causou a terceiros”.

2.8.5 Órgãos da Recuperação Judicial

Além do Ministério Público, das partes e do Juiz, para a promoção da recuperação judicial exige-se, em sua composição, a existência de três órgãos específicos, sendo estes: o administrador judicial, a assembleia geral dos credores e o comitê.

a) O Administrador Judicial

A partir da promulgação da Lei nº 11.101/05, instituiu-se figura do administrador judicial, que atua como um superintendente, designado pelo juiz, encarregado das atividades burocráticas do processo judicial, atuando, nos casos de falência, como um gerente da massa falida, verificando a situação patrimonial e saindo em busca de ativos que permitam pagar os credores. Nas situações de recuperação judicial, o administrador judicial analisa a administração exercida pelos donos da companhia.

De acordo com Coelho (2009, p. 375), “em toda recuperação judicial, como auxiliar do juiz e sob sua direta supervisão, atua um profissional na função de administrador judicial”. Para Barros (2009, p. 111), “enquanto na falência o devedor perde a administração e a disponibilidade de seus bens, na recuperação judicial ou extrajudicial, ele conserva o direito de administrar os seus bens, sob a fiscalização de um administrador”.

O artigo 21 define quem pode atuar como administrador judicial. Esta função deve ser exercida por um profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresa, contador, ou pessoa jurídica especializada.

b) Assembleia Geral dos Credores

Outra mudança observada na Lei nº 11.101/05, em relação à de 1945, foi o aumento no poder de participação dos credores nos processos de falência e de recuperação das empresas em situação de crise econômico-financeira, por meio da

assembleia geral dos credores e do comitê de credores. Tal participação ativa dos resultados obtidos na recuperação judicial, reduzindo, assim, as concorrências de fraudes ou malversação dos recursos.

A assembleia geral dos credores atua nas grandes decisões sobre a recuperação da empresa devedora, aprovando, modificando ou rejeitando os planos de recuperação e deliberando sobre qualquer matéria que possa afetar os interesses dos credores. No caso de rejeição do plano de recuperação, a assembleia geral dos credores decretará com total legitimidade a falência da empresa devedora.

c) Comitê

É um órgão facultativo cuja constituição e forma de operar depende do tamanho da atividade econômica em crise. Somente será constituído nos processos em que a sociedade empresária devedora explora empresa grande o suficiente para absorver as despesas com o órgão. Quem decide em relação a sua existência são os credores da sociedade em recuperação judicial, reunidos em assembleia.

Pode ser aprovada por qualquer instância classista e autorizada sua instalação. As classes de credores devem se reunir para que cada possa eleger um membro titular e dois suplentes, sendo que assim como ocorre com o administrador judicial, há a possibilidade de impedimento. O comitê apresenta como principal função a de fiscal, ou seja, cabe aos seus membros fiscalizar tanto o administrador judicial quanto a sociedade empresária em recuperação.

Para realizar esta fiscalização, os membros do comitê têm autorização para transitar livremente pelas dependências da empresa, assim como têm livre acesso as escrituras e documentos da sociedade em questão. Sempre que constatar algum fato irregular deve, por voto da maioria, encaminhar ao juiz um requerimento com os fundamentos de providências que entendem importantes.

Não só apresenta a competência fiscal, como também eventualmente pode elaborar o plano de recuperação alternativo ao apresentado e deliberar sobre as alienações de bens do ativo permanente e sobre o aumento de dívidas necessário à continuidade da atividade empresarial, quando o juiz determinar o afastamento dos administradores da empresa em crise.

Quando não houver o comitê, suas funções serão exercidas pelo administrador judicial, salvo nas matérias em que houver incompatibilidade como,

por exemplo, a fiscalização do próprio administrador judicial. Neste caso o juiz deverá exercer esta atribuição.

d) Plano de Recuperação

O plano de recuperação é tratado pela Lei como elemento essencial ao processo de recuperação das entidades em crise. Deve apresentar alguns requisitos, como a discriminação dos meios a serem empregados e demonstração da viabilidade de recuperação da entidade.

No plano, o devedor deve levar em consideração os prazos para os pagamentos. Determina o artigo 62 que as obrigações previstas devem ser cumpridas no prazo máximo de dois anos, com exceção dos créditos trabalhistas e indenizações por acidentes de trabalho, vencidos até a data do pedido da recuperação judicial, que devem ser pagos no prazo máximo de um ano e dos créditos trabalhistas no valor de até cinco salários mínimos, vencidos nos três últimos meses anteriores ao pedido da recuperação judicial, que devem ser pagos no máximo de trinta dias. O plano judicial apresentado pelo devedor poderá ser impugnado pelos credores no prazo de trinta dias, contados da publicação da relação os credores. Ocorrendo a anuência de todos os credores, o juiz concederá a recuperação judicial.

De acordo com Astrauskas (2003), “a empresa devedora, para obter sucesso na aprovação do plano de recuperação, deve considerar as opiniões oferecidas pelos credores”. Nesse sentido, é preciso incentivar a participação dos financiadores, fornecedores, clientes e seus empregadores, durante a elaboração do plano de recuperação.

3 METODOLOGIA

O presente capítulo descreve a forma de realização da pesquisa, demonstrando os métodos científicos necessários para o alcance dos objetivos gerais e específicos, apresentando resposta ao problema de pesquisa levantado.

Conforme Marinho (1980, p. 15), “A pesquisa é um tratamento de investigação que tem por objetivo descobrir respostas para dúvidas e indagações através do emprego de processo científico”. O embasamento teórico tem grande abordagem na Lei 11.101/2005, que se constitui uma das principais bases para o presente trabalho.

3.1 Tipologias de Pesquisa quanto aos Objetivos

A pesquisa é descritiva, pois visa analisar e classificar fatos, realizando estudo com base em dados contábeis e financeiros das Empresas em Recuperação Judicial.

A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. Pesquisa de opinião insere-se nessa classificação. (VERGARA, 2009, p.42)

Explicativa porque visa identificar os fatores que contribuem para a ocorrência do fenômeno.

3.2 Tipologias de Pesquisa quanto aos Procedimentos

A pesquisa quanto aos procedimentos será a documental tendo por base a Lei nº 11.101./05 e os processos de Recuperação Judicial localizados do Escritório de Advocacia. A pesquisa documental possibilita a verificação dos elementos contábeis que permeiam a legislação falimentar e que instruem esses processos.

Investigação documental é a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, videoteipe, informações em disquete, diários, cartas pessoais e outros. (VERGARA, 2009, p.43).

O procedimento bibliográfico faz-se necessário a partir do ponto em que será proposto realizar uma comparação, ou confirmação, dos resultados obtidos com a análise econômico-financeira.

3.3 Tipologia da Pesquisa quanto á Abordagem do Problema

A caracterização da pesquisa é a qualitativa, pois será analisada a conceituação teórica e as diversas linhas de pensamento dos estudiosos do assunto, traduzindo essa teoria e trazendo para o dia a dia das empresas.

Na Contabilidade, é bastante comum o uso da abordagem qualitativa como tipologia de pesquisa. Cabe lembrar que, apesar de a Contabilidade lidar intensamente com números, ela é uma ciência social, e não uma ciência exata como alguns poderiam pensar, o que justifica a relevância do uso da abordagem qualitativa. (Beuren et al, 2008, p. 92).

3.4 Seleções de Empresas para Estudo

O universo de pesquisa compreende as empresas em Recuperação Judicial que se encontram no Escritório de Advocacia no período de entrada do processo até a data de hoje. Desse universo foi selecionada uma amostra compreendendo 4 empresas no segmento de transportes como abaixo:

TABELA 1 – EMPRESAS DE TRANSPORTE EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Denominação Social	Sede	Atividade Principal	Produtos/Serviços
Empresa A	Curitiba	Transporte Coletivo	Transporte
Empresa B	São Bento do Sul	Transporte de Cargas	Transporte
Empresa C	Ponta Grossa	Transporte de Cargas	Transporte
Empresa D	Telêmaco Borba	Transporte de Cargas	Transporte

Fonte: (Produção própria).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 DESCRITIVOS DAS EMPRESAS

4.1.1 Empresa A

Empresa jurídica de direito privado, a empresa A atua no transporte coletivo urbano de passageiros desde 1957, ano em que foi fundada por diversas famílias. Ao longo dos anos, passou por diversas reestruturações societárias e atualmente é uma sociedade anônima de capital fechado com 11 acionistas. Sua diretoria eleita é composta de 03 diretores que são os sócios, responsável pelo dia-a-dia da empresa.

A empresa conta com mais de 1100 funcionários e possui uma frota de 168 ônibus em 45 linhas, divididas em Alimentadores, além das linhas compartilhadas como Interbairros, Ligeirinhos e Biarticulados, que percorrem toda a cidade, totalizando mais de 33 mil quilômetros rodados e mais de 100 mil passageiros transportados por dia. Desde a criação da empresa, os investimentos em treinamentos e desenvolvimentos dos colaboradores são prioridades: Formar cidadãos antes de formar profissionais.

4.1.2 Empresa B

Ao longo de 50 anos de estrada, a Empresa B pavimentou seu caminho por conta da confiança e credibilidade no mercado. Com matriz em São Bento do Sul e filiais em Itajaí e Curitiba, atua em todo o país.

A empresa é especializada no transporte de carga seca. É focada no pronto atendimento e conta com um rigoroso controle no prazo de entrega. Toda essa preocupação com os prazos, na qualidade do serviço prestado e no respeito ao cliente, faz com que a Empresa B promova investimentos contínuos no aprimoramento profissional de seus colaboradores.

Atualmente, a empresa conta com uma frota composta por 46 caminhões próprios e 27 agregados, equipados para atender o mercado no transporte de carga seca e containers. Sua estrutura física conta com cinco galpões, totalizando 10 mil metros quadrados de área útil, além de oficina mecânica, borracharia e lavação de caminhões. A manutenção é de responsabilidade de 15 profissionais altamente capacitados, entre mecânicos e auxiliares.

A Empresa B é uma Sociedade de capital nacional, Limitada, que tem por atividade preponderante o transporte rodoviário de cargas, armazenagem e depósito de produtos de terceiros e logísticas em geral. Fundada em 1962, a Empresa B vem trilhando um caminho sedimentado pela confiança e pela credibilidade de nossos clientes. O pronto atendimento, a qualificação dos colaboradores e a ampla frota de veículos garantem eficiência e pontualidade na entrega. Vem expandindo negócios em pontos estratégicos para a empresa e levando novas áreas de atendimento a seus clientes.

4.1.3 Empresa C

A Empresa C é uma sociedade que tem por objetivo o transporte rodoviário de cargas intermunicipal, interestadual e internacional e o de serviços de obras de acabamento de construção, serviços de obras de alvenaria e reboco, reforma de construção; o comércio varejista de materiais elétricos, lustres e abajures, consoles, espelhos decorativos, porta retratos e artigos de decoração; comércio de materiais de construção e incorporação de empreendimentos imobiliários. O objeto social é Transporte rodoviário de cargas.

É uma empresa brasileira com sede na cidade de Ponta Grossa/PR. que atua no segmento do transporte rodoviário de cargas e construções civis, iniciou suas atividades no mês de maio de 2010. Trata-se de uma organização estritamente familiar iniciando suas atividades a partir da decisão pessoal de procederem, com recursos, empreita e equipe próprios, à construção da casa residencial da família. Incentivados pelos bons resultados obtidos em questão do acabamento final da obra e quanto aos custos do empreendimento frente àquilo que seria realizado/cobrado por outras incorporadoras de imóveis, decidiram então carrear seus bens e recursos pessoais para o desenvolvimento de atividade que se afigurava como bastante promissora e rentável: a construção de imóveis residenciais de médio porte e excelente padrão na qualidade do acabamento a preços bastante competitivos.

Com a receptividade alcançada e os resultados proporcionados pela atividade de empreendimentos imobiliários, foram estimulados a desenvolver um projeto de maior envergadura, qual seja, a de transporte rodoviário de cargas, mediante a aquisição, em 2011, de seu primeiro conjunto bi-trem de transporte (caminhão trator + carreta), como forma de ter uma atividade complementar que proporcionasse

rendimentos contínuos, auxiliando assim no pagamento dos custos fixos da empresa, vez que a atividade de construção civil enseja um maior ciclo na geração de receitas decorrente do tempo demandado entre o início e o término das unidades residenciais em construção até sua conseqüente venda contribuindo assim para a consolidação do Grupo em sua totalidade.

No período de 2012 a 2014, quando estenderam suas atividades a todo o território nacional, especialmente no transporte de grãos nas regiões Centro Oeste, Sudeste e Nordeste, com a reaplicação dos resultados obtidos em suas atividades operacionais, procederam à aquisição de mais conjuntos de transporte rodoviários (carretas rodo-trem, bi-trem, truck, caçamba, etc.) e veículos de apoio utilitário e administrativo, passando o segmento de transporte de cargas a possuir atualmente grande expressão e a contribuir com a maior parcela das receitas operacionais do Grupo.

4.1.4 Empresa D

A Empresa D iniciou suas atividades em 1979, por iniciativa de seu sócio fundador e seu sócio à época da fundação. Começou suas atividades operando no transporte de cargas em geral com foco no Transporte Rodoviário de Papel em rotas, tendo como destino todo o território nacional. Inicialmente operava com uma frota própria reduzida e uma força de carreteiros autônomos que completavam todo o potencial de transporte mensal.

Em 2001, a Empresa E iniciou as atividades no transporte de MDF atuando com uma nova filial.

No ano de 2003 a expandiu sua atuação para o transporte de madeiras (toras) e o transporte de máquinas, sempre investindo em sua atividade, sendo que desde então experimentou um crescimento acelerado, adquirindo frota própria e chegando a empregar mais de 130 funcionários entre motoristas, pessoal de apoio e administrativo. Além dos motoristas próprios sempre atuou e atua na subcontratação também de motoristas autônomos. O profissionalismo e competência demonstrados durante anos atribuem um excelente conceito à empresa junto aos seus parceiros, clientes, fornecedores e entidades financeiras.

O objeto social da empresa D é caracterizado por serviço de transporte rodoviário de cargas, transporte de natureza municipal e prestação de serviços de

carga e descarga. Além disso, locação de máquinas e veículos rodoviários de carga com condutor, serviços de locação de máquinas e caminhões, reboques e semirreboques sem condutor e prestação de serviços de plantação, colheita, corte e baldeação de material florestal na área da silvicultura.

4.2 CÁLCULO DOS INDICADORES ECONÔMICOS FINANCEIROS

4.2.1 Análise Índices de Liquidez Empresa “A”

Foi realizada a análise do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado de Exercício da EMPRESA A, nos períodos de 2012, 2013 e 2014. Seguem os resultados da análise por meio dos índices que verificam a capacidade da empresa saldar seus compromissos passíveis já adquiridos:

TABELA 2 - RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE DE LIQUIDEZ “A”

INDICES	2012	2013	2014
Índice de Liquidez Imediata	0,043	0,006	0,005
Índice de Liquidez Corrente	0,7	1,19	1,10
Índice de Liquidez Seca	0,68	1,15	1,07
Índice de Liquidez Geral	0,80	0,75	0,68

FONTE: Produção própria, baseando-se nas demonstrações (apêndice 01) empresa A.

Os dados extraídos das demonstrações financeiras fornecidas pela “Empresa A” dos exercícios financeiros de 2012, 2013 e 2014, são capazes de demonstrar como estava a situação econômico-financeira da entidade. Conforme Marion (2007, p.83) os índices de liquidez “são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos”.

O Índice de Liquidez Geral detecta a saúde financeira a curto e longo prazo da empresa, indicando quanto a empresa possui de Ativo Circulante e Realizável em Longo Prazo para cada \$1,00 de dívida total, sendo ela utilizada como uma medida de segurança financeira da empresa a longo prazo, revelando sua capacidade de assumir todos os compromissos (ASSAF NETO, 2007, p. 120).

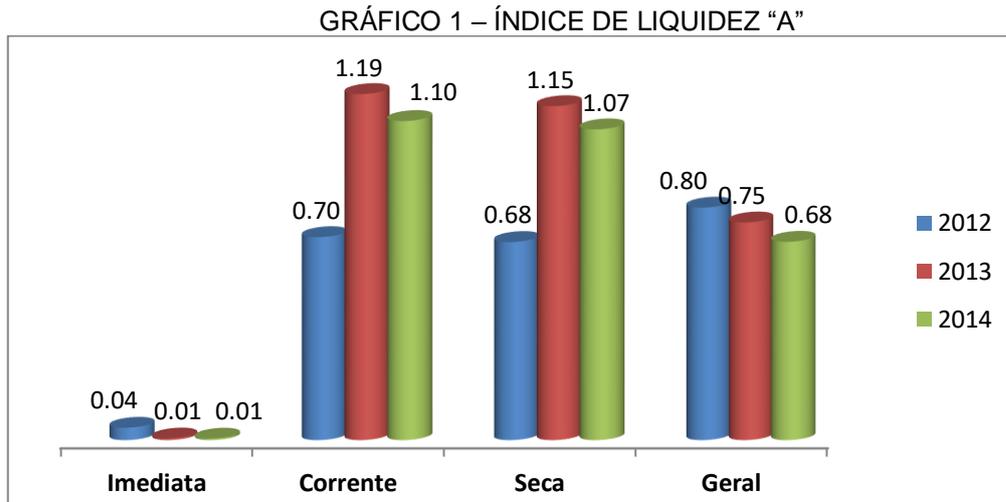
Conforme a Tabela 1, o Índice de Liquidez Geral no ano de 2012 é de R\$ 0,80, indicando que para cada R\$1,00 de dívida total a empresa tem R\$ 0,80 (oitenta centavos) de investimentos realizáveis no curto e longo prazo, ou seja, não

consegue cumprir com seus compromissos financeiros dispondo de um déficit de 20% (R\$0,20 a cada R\$1,00 de dívidas). Isso ocorre em razão da soma entre o passivo circulante e o exigível a longo prazo da empresa ser maior do que o ativo circulante e ativo realizável. No decorrer dos anos de 2013 e 2014, houve uma redução ainda maior destes índices, R\$ 0,75 em 2013 e R\$ 0,68 em 2014, concluindo que a empresa não tem condições satisfatórias de saldar seus compromissos totais, pois não existem condições para isso, analisando seu ativo circulante e ativo realizável de longo prazo.

O Índice de Liquidez Corrente indica quanto existe em dinheiro mais bens e direitos realizáveis em curto prazo, comparado com suas obrigações a serem pagas no mesmo período, sendo que, “quanto maior a liquidez corrente mais alta se apresenta a capacidade da empresa em financiar suas necessidades de capital de giro” (ASSAF NETO, 2006, p.191).

Na análise observa-se que nos dois últimos anos 2013 e 2014, o quociente foi maior que R\$1,00, tendo o ativo circulante maior que o passivo circulante. Isso significa que os investimentos no ativo circulante são suficientes para cobrir as dívidas de curto prazo e permitir uma folga de 19% e 10% nos anos de 2013 e 2014 respectivamente. Isso ocorreu porque as obrigações trabalhistas no passivo circulante nos anos de 2013/2014 foram reduzidas significativamente impactando em um índice favorável para os próximos períodos.

O Índice de Liquidez Seca “indica quanto a empresa possui em disponibilidades, aplicações financeiras a curto prazo e duplicatas a receber, para fazer face a seu passivo circulante” (SILVA, 2006, p.314). Seguindo o mesmo raciocínio dos índices de liquidez geral e corrente, quanto maior melhor. O fato de a empresa ser uma prestadora de serviços e não ter estoques explica os resultados encontrados através do índice de liquidez seca. Como apresentado no referencial teórico, se os índices de liquidez corrente forem altos e de liquidez seca também, a situação financeira da empresa é boa, porque a empresa consegue cumprir com todos os seus compromissos financeiros de curto prazo e ainda apresenta folga de 15% e 7%, respectivamente dos anos de 2013 e 2014.



FONTE: Produção própria, baseado nas demonstrações (apêndice 01) empresa A.

4.2.2 Análise Índices de Atividade Empresa “A”

TABELA 3 - RESULTADO DA ANÁLISE INDICES DE ATIVIDADE “A”

INDICES	2012	2013	2014
Prazo Médio de Estoque de Mercadoria	3,55	6,17	4,53
Prazo Médio de Recebimento de Duplicatas	1,11	0,41	3,94
Ciclo Operacional	4,66	6,58	8,47

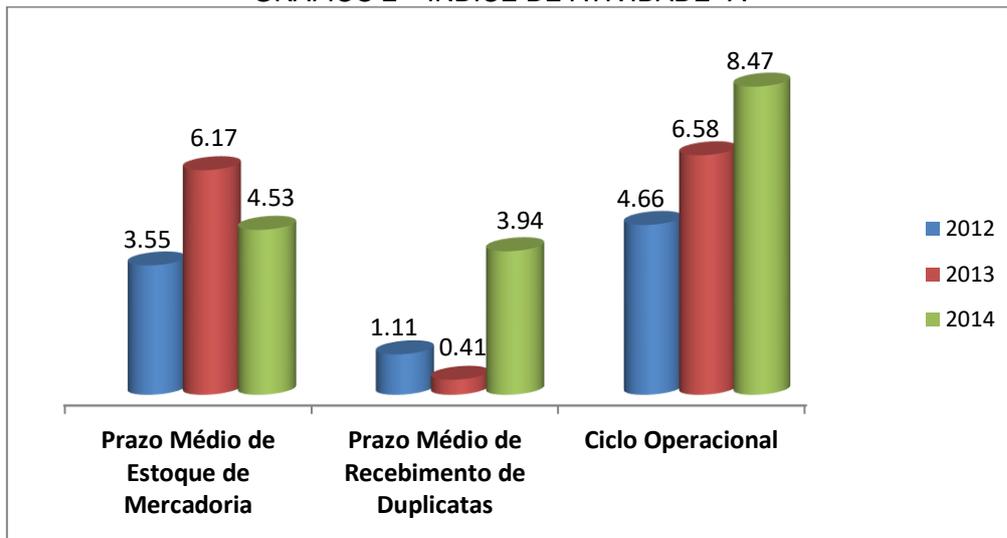
FONTE: Produção própria, baseado nas demonstrações (apêndice 01) empresa A.

Conforme Assaf Neto e Lima (2009), o prazo médio de estoque de mercadoria refere-se ao tempo médio necessário para a renovação (venda) dos estoques pela empresa. Analisando a tabela 2 percebe-se que a Empresa A no ano de 2012 vem girando seu estoque em aproximadamente em 3 dias. Nos anos posteriores há um aumento neste índice em 2013 de 6 dias e 4 dias em 2014.

O Prazo Médio de Recebimento das Vendas indica quantos dias a empresa esta recebendo o valor correspondente às vendas efetuadas (à vista e a prazo). Analisando a situação da Empresa A constata-se que no ano de 2012 o prazo de recebimento das vendas é de 1 dia. Nos anos de 2013 o índice é zero e em 2014 este índice sobe para 4 dias. A empresa deve abreviar, sempre que possível, o prazo de recebimento de suas vendas. Com isso, pode manter recursos disponíveis para outras aplicações mais rentáveis por prazos maiores, e elevar o giro de seus ativos, o que determina maior rentabilidade (ASSAF NETO e LIMA, 2009, p. 226).

O Ciclo Operacional compreende o período entre a data da compra até o recebimento do cliente. Analisando a Empresa A percebe-se um índice de 4 dias para o ano de 2012, 6 dias para o ano de 2013 e 8 dias para o ano de 2014.

GRÁFICO 2 – ÍNDICE DE ATIVIDADE “A”



FONTE: Produção própria, baseado nas demonstrações (apêndice 01) empresa A.

4.2.3 Análise Índices de Estrutura de Capital Empresa “A”

TABELA 4 – RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE DE ESTRUTURA DE CAPITAL “A”

INDICES	2012	2013	2014
Endividamento Geral	0,66	0,72	0,80
Participação do Capital de Terceiros	1,93	2,55	3,94

FONTE: Produção própria, baseando-se nas demonstrações (apêndice 01) empresa A.

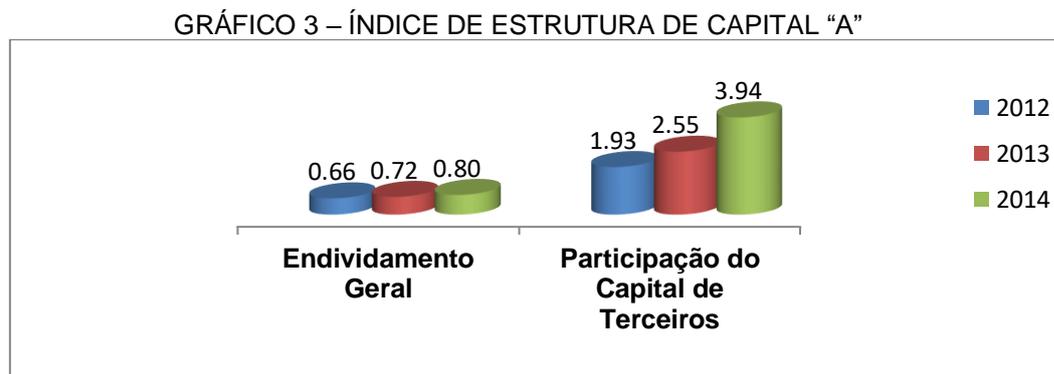
Para Assaf Neto e Lima (2009), estes indicadores são utilizados para analisar a estrutura das fontes passivas de recursos de uma empresa. Fornecendo ainda, elementos para avaliar o grau de comprometimento financeiro de uma empresa para com os seus credores e sua capacidade de cumprir os seus compromissos de longo prazo.

Em geral, o administrador financeiro está mais preocupado com os empréstimos a longo prazo, onde acarreta mais juros. Os credores também se preocupam com o grau de endividamento da empresa e a capacidade de pagamento de suas dívidas, pois quanto mais endividada a empresa estiver, maior será a probabilidade de não honrar seus compromissos com seus credores.

Conforme a tabela 3 o Grau de Endividamento Geral no ano de 2012 é de 66%, que corresponde ao grau de dependência da empresa em relação aos recursos de terceiros. Nos anos seguintes este índice aumentou para 72% e 80% respectivamente, correspondendo a um sinal de alerta á saúde financeira da empresa pela dependência com recursos de terceiros.

O resultado apresentado pelo índice de participação de capital de terceiros em 2012 foi de 192% (tabela 2) e isso representa que, para cada R\$ 100,00 de capital próprio (patrimônio líquido) utilizado para financiar seus investimentos, a empresa tomou R\$ 192,00 de capitais de terceiros, que é composto pelas contas do passivo circulante e passivo não circulante. Esse índice revela o nível de endividamento da empresa em relação a seu financiamento por meio de recursos próprios. (ASSAF NETO e LIMA, 2009).

Nos anos de 2013 e 2014, o índice de participação de capital de terceiros aumentou consideravelmente. Em 2013, para cada R\$ 100,00 de recursos próprios, a empresa utilizou 255% de capitais de terceiros, indicando um crescimento da dependência por recursos de terceiros, já em 2014 a situação piorou. Seu indicador para cada R\$ 100,00 de recursos próprios, a empresa utilizou R\$ 394% de capital, deixando margem para o alto nível de endividamento, conforme pode ser observado na figura 2.



FONTE: Produção própria, baseado nas demonstrações (apêndice 01) empresa A.

4.2.4 Análise Índices de Rentabilidade Empresa “A”

TABELA 5 - RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE DE RENTABILIDADE “A”

INDICES	2012	2013	2014
ROE - Retorno Sobre PL	-0,22	-0,16	-0,32
ROA - Retorno sobre o Ativo	-0,07	-0,04	-0,07
Margem de Lucro Líquida	-0,19	-0,10	-0,14

FONTE: Produção própria, baseando-se nas demonstrações (apêndice 01) empresa A.

O ROE mensura o retorno dos recursos aplicados na empresa por seus proprietários, ou seja, para cada unidade monetária de recursos próprios (PL)

investido na empresa, medem-se quanto os proprietários auferem de retorno. (ASSAF NETO e LIMA 2009, p.230).

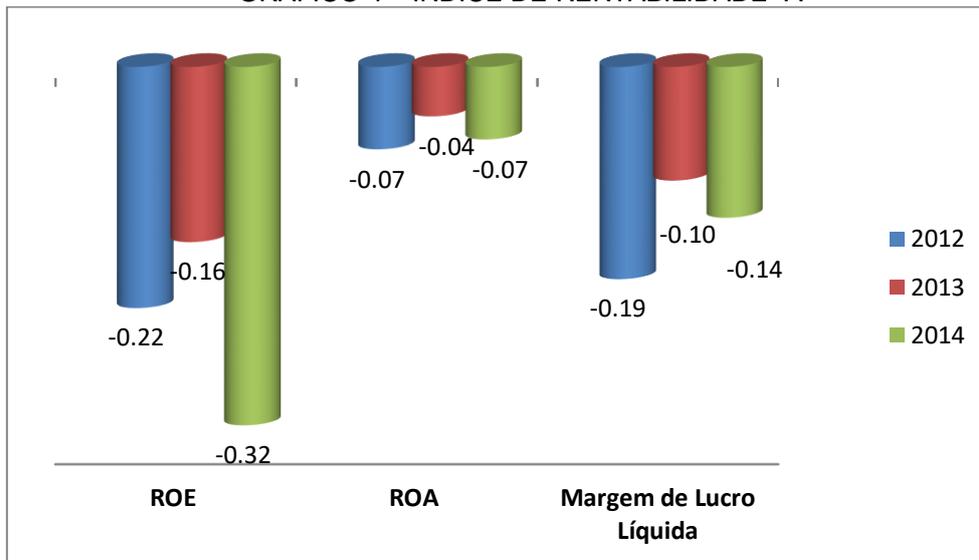
Quanto maior melhor. No caso da Empresa A os R\$ -11.389.792,02 corresponde ao Prejuízo Líquido de 2012 dividido pelo total do Patrimônio Líquido gerou um resultado de -0,22, que significa dizer que para cada R\$ 1,00 investido teve um prejuízo de R\$ 0,22. Nos anos seguintes de 2013 e 2014 o Prejuízo Líquido esteve em R\$ - 6.335944,77 e R\$ -8.515.493,79 que dividido pelo Patrimônio Líquido gerou um resultado de -0,16 e -0,32, o que significa dizer que o prejuízo de manteve para cada R\$ 1,00 investido.

O ROA indica o retorno gerado por cada R\$ 1,00 investido pela Empresa em seus ativos (ASSAF NETO e LIMA 2009). Quanto maior melhor. Analisando o caso da Empresa A os R\$ -11.389.792,02 corresponde ao Prejuízo Líquido de 2012 que ao dividir com o total dos Ativos Totais gerou um resultado de -0,07, significando que para cada R\$ 1,00 investido tem prejuízo de R\$ 0,07 (sete centavos). Nos anos seguintes de 2013 e 2014 o Prejuízo Líquido esteve em R\$ - 6.335944,77 e R\$ - 8.515.493,79 que dividido pelo Patrimônio Líquido gerou um resultado de -0,04 e - 0,07 o que significa dizer que o prejuízo de manteve para cada R\$ 1,00 investido.

Margem de Lucro Líquida é a representação da percentagem de cada unidade monetária que restou, depois da empresa ter efetuado o pagamento de seus produtos, as demais despesas e os impostos (Bruni 2014).

O índice de margem líquida de um empreendimento dependerá da organização no qual ele é calculado e do giro que ele é capaz de ocasionar. Analisando de maneira genérica, quanto maior o índice melhor a situação econômica da empresa. É uma medida bastante citada para indicar o sucesso da empresa em termos da lucratividade sobre vendas. Analisando a Empresa A obtivemos um resultado no de 2012 de -0,19 significando que para cada R\$ 1,00 investido o prejuízo foi de R\$ 0,20 (vinte centavos). Nos anos seguintes houve uma redução deste índice em 2013 -0,10 e 2014 -0,14.

GRÁFICO 4 – ÍNDICE DE RENTABILIDADE “A”



FONTE: Produção própria, baseando-se nas demonstrações (apêndice 01) empresa A.

4.2.5 Análise Índices de Liquidez Empresa “B”

Foi realizada a análise do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado de Exercício da EMPRESA B, nos períodos de 2012, 2013 e 2014. Seguem os resultados da análise por meio dos índices:

TABELA 6 - RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE DE LIQUIDEZ “B”

ÍNDICES	2012	2013	2014
Índice de Liquidez Imediata	0,073	0,030	0,006
Índice de Liquidez Corrente	0,29	0,38	0,28
Índice de Liquidez Seca	0,29	0,37	0,27
Índice de Liquidez Geral	0,27	0,34	0,22

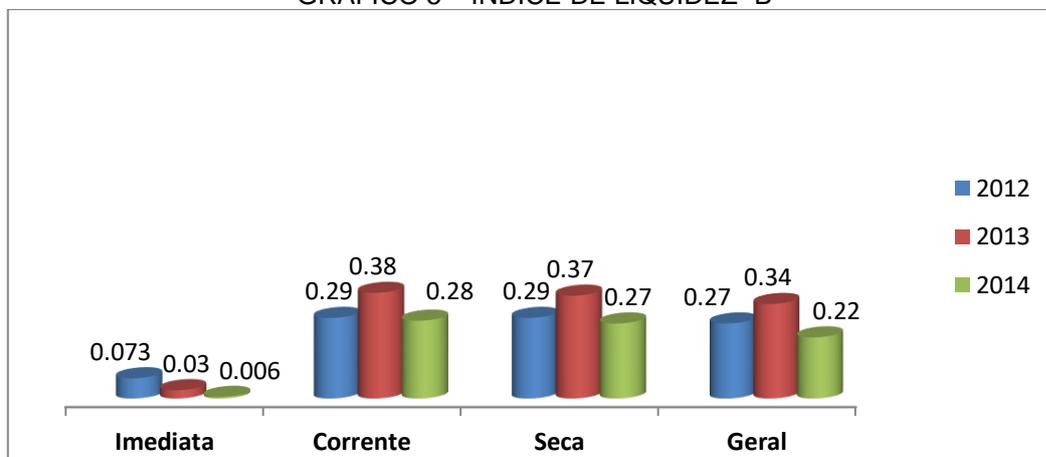
Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações (apêndice 01) empresa B.

Conforme a Tabela 5 o índice de liquidez geral no ano de 2012 é de R\$ 0,27, indicando que para cada R\$1,00 de dívida total a empresa tem R\$ 0,27 (vinte e sete centavos) de investimentos realizáveis no curto e longo prazo, ou seja, não consegue cumprir com seus compromissos financeiros dispondo de um déficit de 73% (R\$0,73 a cada R\$1,00 de dívida). Isso ocorre em razão da soma entre o passivo circulante e o exigível a longo prazo da empresa ser maior do que o ativo circulante e ativo realizável. No decorrer do ano de 2013, houve um pequeno aumento deste índice para R\$ 0,34 e no ano de 2014 novamente uma redução para R\$ 0,22, concluindo que a empresa não tem condições satisfatórias de saldar seus

compromissos totais, pois não existem condições para isso, analisando seu ativo circulante.

Na análise do índice de liquidez corrente observa-se que nos anos 2012, 2013 e 2014, o quociente foi menor que R\$1,00, sendo o ativo circulante menor que o passivo circulante. Isso significa que os investimentos no ativo circulante não são suficientes para cobrir as dívidas de curto prazo. Isso ocorre, porque a empresa possui no seu passivo circulante, valores expressivos na conta Instituições Financeiras - Financiamento.

GRÁFICO 5 – ÍNDICE DE LIQUIDEZ “B”



FONTE: Produção própria, baseado nas demonstrações (apêndice 01) empresa B

4.2.6 Análise Índices de Atividade Empresa “B”

TABELA 7 - RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE DE ATIVIDADE “B”

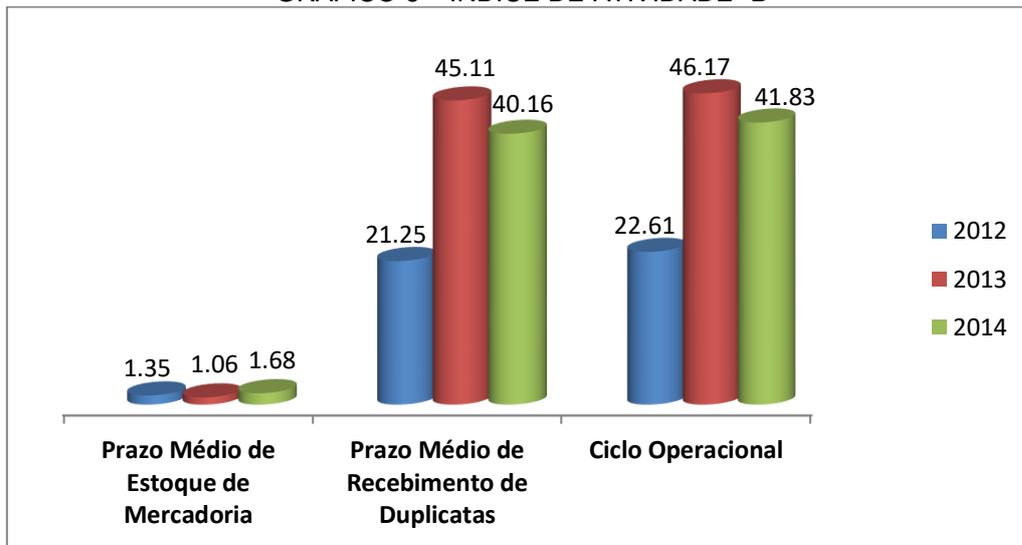
INDICES	2012	2013	2014
Prazo Médio de Estoque de Mercadoria	1,35	1,06	1,68
Prazo Médio de Recebimento de Duplicatas	21,25	45,11	40,16
Ciclo Operacional	22,61	46,17	41,83

FONTE: Produção própria, baseado nas demonstrações (apêndice 01) empresa B.

Analisando a situação da Empresa B, quanto ao prazo médio de estoques de mercadoria, constata-se que nos anos de 2012, 2013 e 2014 o prazo de recebimento das vendas era de 1 dia.

O Ciclo Operacional compreende o período entre a data da compra até o recebimento do cliente. Analisando a Empresa B percebe-se um índice de 22 dias para o ano de 2012, 46 dias para o ano de 2013 e 41 dias para o ano de 2014.

GRÁFICO 6 – ÍNDICE DE ATIVIDADE “B”



FONTE: Produção própria, baseado nas demonstrações (apêndice 01) empresa B.

4.2.7 Análise Índices de Estrutura de Capital Empresa “B”

TABELA 8 - RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE DE ESTRUTURA DE CAPITAL “B”

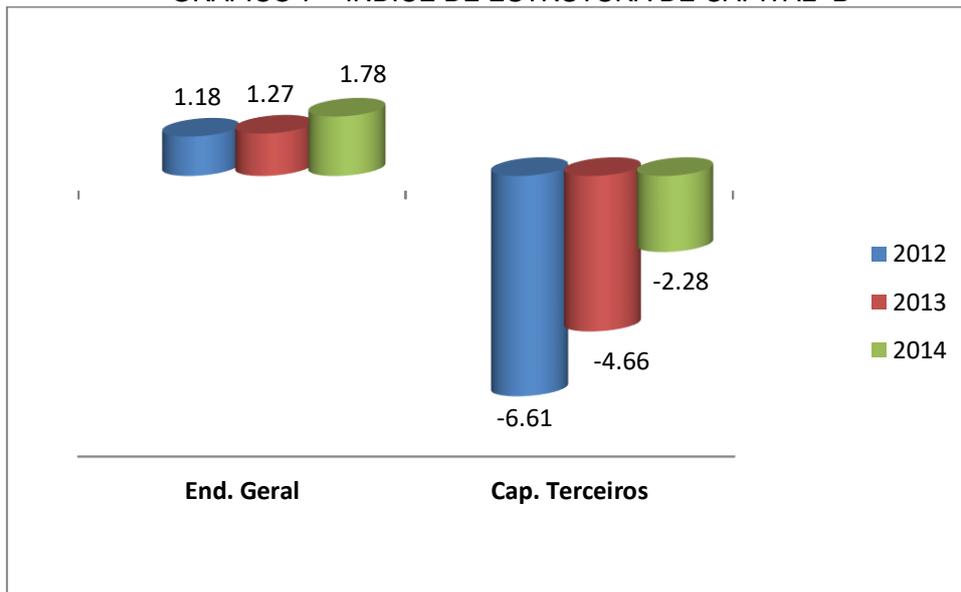
ÍNDICES	2012	2013	2014
Endividamento Geral	1,18	1,27	1,78
Participação do Capital de Terceiros	-6,61	-4,66	-2,28

FONTE: Produção própria, baseando-se nas demonstrações (apêndice 01) empresa B.

Quanto ao Grau de Endividamento Geral da Empresa B, percebe-se que no ano de 2012 o índice era de 118% que corresponde ao alto grau de dependência da empresa em relação aos recursos de terceiros. Nos anos seguintes este índice aumentou para 127% e 178% respectivamente, correspondendo a um sinal de alerta à saúde financeira da empresa pela dependência com recursos de terceiros.

O resultado apresentado pelo índice de participação de capital de terceiros nos anos de 2012, 2013 e 2014 são negativos o que demonstra que todo ativo da empresa era patrocinado por terceiros.

GRÁFICO 7 – ÍNDICE DE ESTRUTURA DE CAPITAL “B”



FONTE: Produção própria, baseado nas demonstrações (apêndice 01) empresa B.

4.2.8 Análise Índices de Estrutura de Capital Empresa “B”

TABELA 9 - RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE DE RENTABILIDADE “B”

INDICES	2012	2013	2014
ROE - Retorno Sobre PL	0,91	0,23	0,13
ROA - Retorno sobre o Ativo	0,34	0,041	0,082
Margem de Lucro Líquida	-0,09	-0,04	-0,04

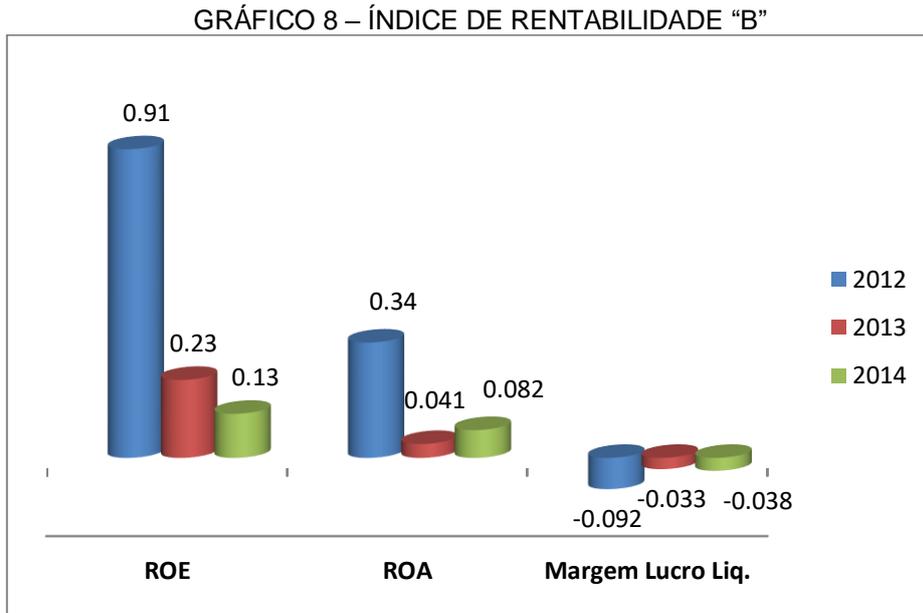
FONTE: Produção própria, baseando-se nas demonstrações (apêndice 01) empresa B.

Examinando os dados obtidos no ROE, verificou-se que no período de 2012 o valor de R\$ -1.204.382,86 corresponde ao prejuízo líquido dividido pelo total do Patrimônio Líquido, o que gerou um resultado de 0,91, significando dizer que para cada R\$ 1,00 investido a empresa teve R\$ 0,91 de retorno. Nos anos seguintes de 2013 e 2014 o Prejuízo Líquido esteve em R\$ - 575.309,96 e R\$ -798.299,42 que dividido pelo Patrimônio Líquido gerou um resultado de 0,23 e 0,13.

O ROA avalia quanto à empresa obteve resultado líquido (lucro ou prejuízo) para cada R\$ 1,00 investido. Analisando o caso da Empresa B, o valor de R\$ - 1.204.382,86 corresponde ao Prejuízo Líquido de 2012, que ao dividir com o total dos Ativos Totais gerou um resultado de 0,34, significando que para cada R\$ 1,00 investido a empresa obteve um retorno de R\$ 0,34 (trinta e quatro centavos). Nos anos seguintes de 2013 e 2014 o prejuízo líquido esteve em R\$ - 575.309,96 e R\$ -

798.299,42 que dividido pelo Patrimônio Líquido gerou um resultado de -0,04 e -0,04.

Analisando a Empresa B quanto ao índice de margem líquida obteve-se um resultado no ano de 2012 de -0,09, significando que para cada R\$ 1,00 investido o prejuízo foi de R\$ 0,09 (nove centavos). Nos anos seguintes houve uma redução deste índice para -0,04 em 2013 e 2014.



FONTE: Produção própria, baseando-se nas demonstrações (apêndice 01) empresa B.

4.2.9 Análise Índices de Liquidez Empresa “C”

Foi realizada a análise do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado de Exercício da EMPRESA C, nos períodos de 2012, 2013 e 2014. Seguem os resultados da análise por meio dos índices:

TABELA 10 - RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE DE LIQUIDEZ “C”

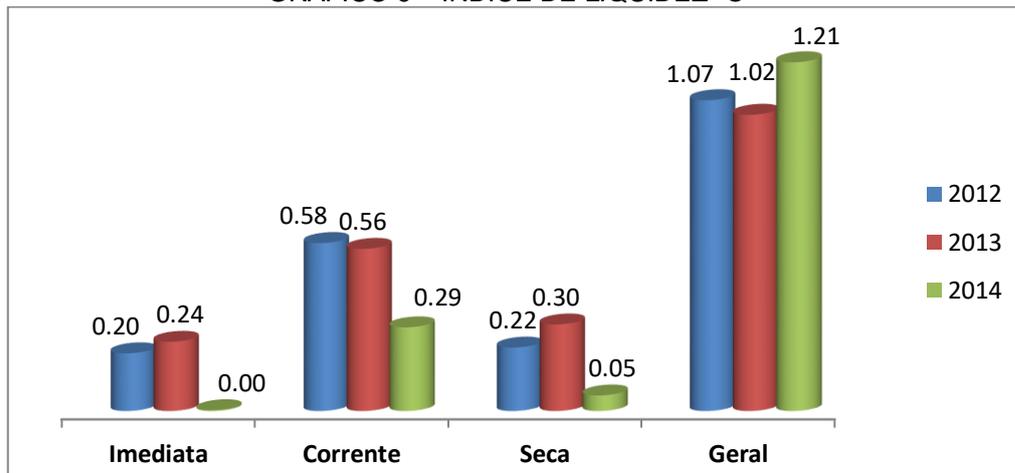
ÍNDICES	2012	2013	2014
Índice de Liquidez Imediata	0,20	0,24	0,003
Índice de Liquidez Corrente	0,58	0,56	0,29
Índice de Liquidez Seca	0,22	0,30	0,054
Índice de Liquidez Geral	1,07	1,02	1,21

Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações (apêndice 01) empresa C.

Conforme a Tabela 1 o índice de liquidez geral da Empresa C, no ano de 2012 é de 1,07 indicando que para cada R\$1,00 de dívida total a empresa tem R\$ 1,07 (um real e sete centavos) de investimentos realizáveis no curto e longo prazo, ou seja, consegue cumprir com seus compromissos financeiros dispondo de um superávit de 7% (R\$0,07 a cada R\$1,00 de dívidas). Isso ocorre em razão da soma entre o ativo circulante e ativo realizável ser maior que o passivo circulante e o exigível a longo prazo da empresa. No decorrer dos anos de 2013 e 2014, os índices foram de R\$ 1,02 em 2013 e R\$ 1,21 em 2014, concluindo que a empresa tem condições satisfatórias de saldar seus compromissos totais, analisando seu ativo circulante.

Na análise do índice de liquidez corrente da empresa C, observa-se que no ano de 2012 o índice era de 0,58, quociente menor que R\$1,00, sendo o ativo circulante menor que o passivo circulante. Isso significa que os investimentos no ativo circulante não são suficientes para cobrir as dívidas de curto prazo. Isso ocorre devido aos valores expressivos na conta Instituições Financeiras – Financiamentos. Nos anos subsequentes ocorre um decréscimo deste índice, 0,56 no ano 2013 e 0,29 no ano 2014.

GRÁFICO 9 – ÍNDICE DE LIQUIDEZ “C”



FONTE: Produção própria, baseado nas demonstrações (apêndice 01) empresa C.

4.2.10 Análise Índices de Atividade Empresa “C”

TABELA 11 - RESULTADO DA ANÁLISE INDICES DE ATIVIDADE “C”

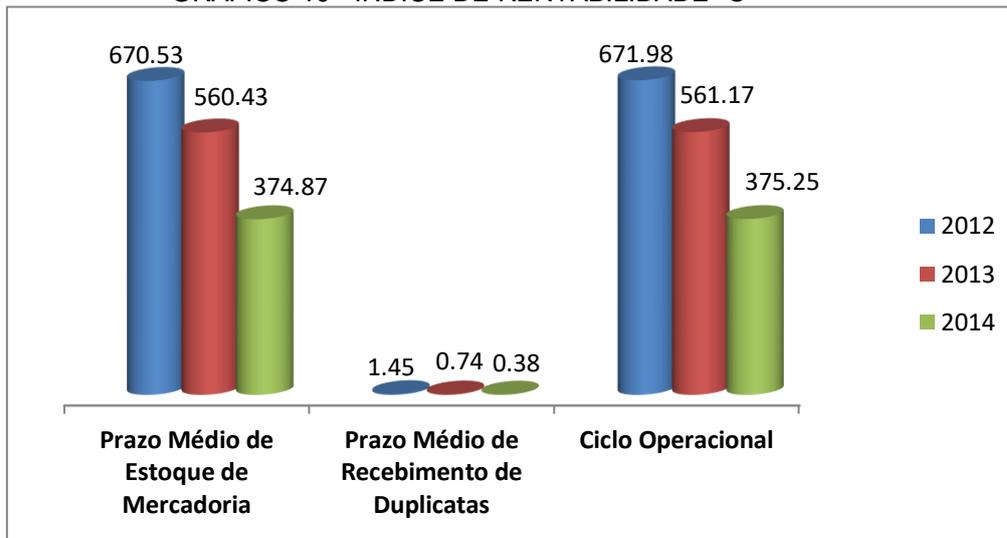
INDICES	2012	2013	2014
Prazo Médio de Estoque de Mercadoria	670,53	560,43	374,87
Prazo Médio de Recebimento de Duplicatas	1,45	0,74	0,38
Ciclo Operacional	671,98	561,17	375,25

FONTE: Produção própria, baseado nas demonstrações (apêndice 01) empresa C.

O Prazo Médio de Recebimento das Vendas indica quantos dias a empresa esta recebendo o valor correspondente ás vendas efetuadas (á vista e a prazo). Analisando a situação da Empresa C constata-se que não há renovação de estoque, no ano de 2012 o prazo de recebimento das vendas é de 670 dias. Nos anos de 2013 o índice é 560 dias e em 2014 este índice cai para 374 dias. A empresa deve abreviar, sempre que possível, o prazo de recebimento de suas vendas.

O Ciclo Operacional compreende o período entre a data da compra até o recebimento do cliente. Analisando a Empresa C percebe-se um índice de 671 dias para o ano de 2012, 561 dias para o ano de 2013 e 375 dias para o ano de 2014.

GRÁFICO 10 - ÍNDICE DE RENTABILIDADE "C"



FONTE: Produção própria, baseado nas demonstrações (apêndice 01) empresa C.

4.2.11 Análise Índices de Estrutura de Capital Empresa "C"

TABELA 12- RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE DE ESTRUTURA DE CAPITAL "C"

ÍNDICES	2012	2013	2014
Endividamento Geral	0,93	0,98	0,82
Participação do Capital de Terceiros	13,54	51,58	4,65

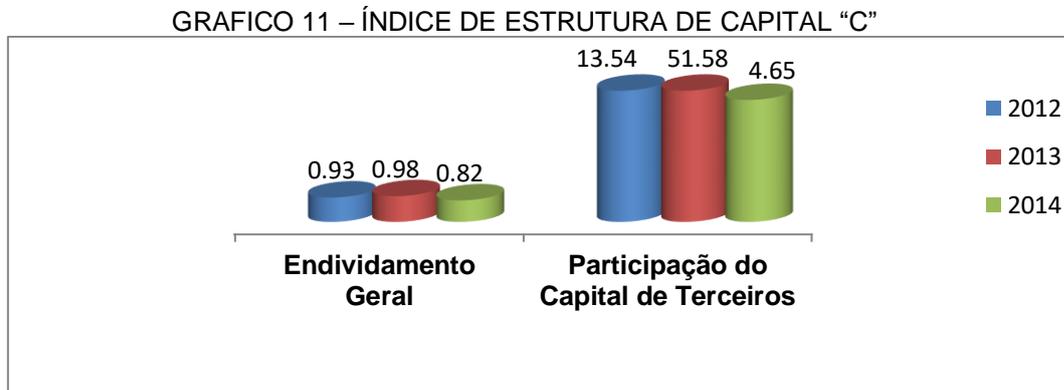
FONTE: Produção própria, baseando-se nas demonstrações (apêndice 01) empresa C.

Quanto ao Grau de Endividamento Geral percebe-se que no ano de 2012 e 2013 o índice era de 93% e 98% respectivamente, situação desfavorável para a empresa que indica financiamento dos ativos com capital de terceiros. No ano seguinte este índice diminuiu para 82%, mesmo assim um sinal de alerta á saúde financeira da empresa pela dependência com recursos de terceiros.

O resultado apresentado pelo índice de participação de capital de terceiros em 2012 foi de 1354% (tabela 2) e isso representa que, para cada R\$ 100,00 de capital próprio (patrimônio líquido) utilizado para financiar seus investimentos, a empresa tomou R\$ 1.354,00 de capitais de terceiros, que é composto pelas contas do passivo circulante e passivo não circulante.

Nos anos de 2013 o índice de participação de capital de terceiros aumentou consideravelmente, passando para 5.158,00 para cada R\$ 100,00 de recursos próprios, a empresa utilizou 5158% de capitais de terceiros, indicando um crescimento da dependência por recursos de terceiros, já em 2014 seu indicador

para cada R\$ 100,00 de recursos próprios, a empresa utilizou R\$ 465% de capital, deixando margem para o alto nível de endividamento, conforme pode ser observado na figura 2.



FONTE: Produção própria, baseado nas demonstrações (apêndice 01) empresa C.

4.2.12 Análise Índices de Rentabilidade Empresa “C”

TABELA 13 - RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE DE RENTABILIDADE “C”

INDICES	2012	2013	2014
ROE - Retorno Sobre PL	1,20	-1,97	0,90
ROA - Retorno sobre o Ativo	0,15	0,33	0,63
Margem de Lucro Líquida	0,28	-0,08	0,20

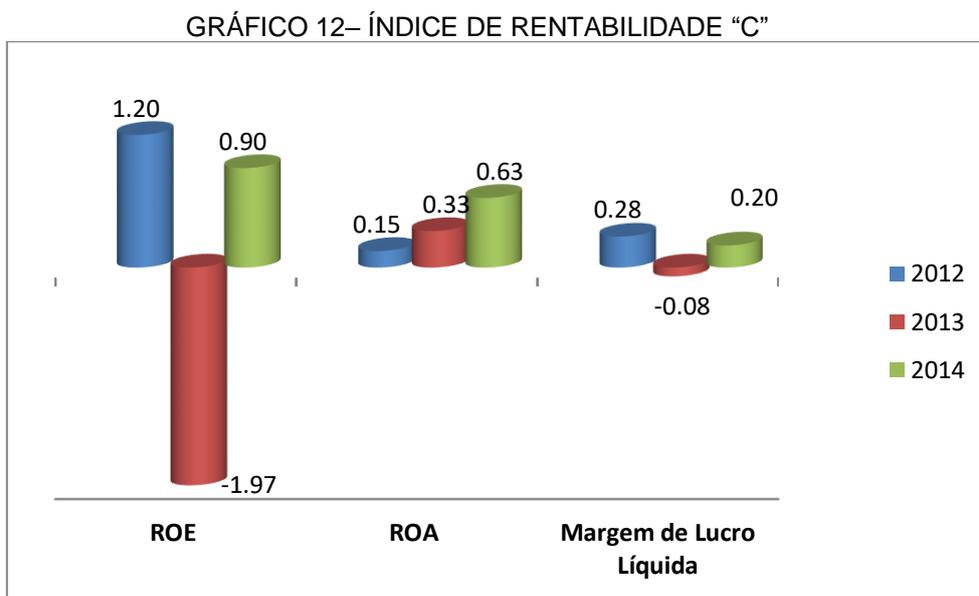
FONTE: Produção própria, baseando-se nas demonstrações (apêndice 01) empresa C.

Quanto ao ROE analisando o caso da Empresa C os R\$ 349.010,41 correspondem ao lucro líquido de 2012 dividido pelo total do Patrimônio Líquido, gerando um resultado de 1,20 que significa dizer que para cada R\$ 1,00 investido a empresa obteve um lucro de R\$ 0,20. Nos anos seguintes de 2013 houve prejuízo de -193.409,29 gerando um índice de -1,97 e em 2014 o lucro líquido esteve em R\$ 926.804,15 que dividido pelo Patrimônio Líquido gerou um resultado de 0,90 o que significa dizer que houve prejuízo de R\$ 0,10 (dez centavos) para cada R\$ 1,00 investido.

Analisando o ROA da empresa C, indica o retorno gerado por cada R\$ 1,00 investido pela Empresa em seus ativos. Quanto maior melhor. Analisando o caso da Empresa C os R\$ 349.010,41 correspondem ao Lucro Líquido de 2012 que ao dividir com o total dos Ativos Totais gerou um resultado de 0,15, significando que para cada R\$ 1,00 investido tem prejuízo de R\$ 0,85 (oitenta e cinco centavos). Nos anos seguintes de 2013 e 2014 o Prejuízo Líquido esteve em R\$ -193.409,29, Lucro

Líquido em R\$ 926.804,15, que dividido pelo Patrimônio Líquido gerou um resultado de 0,33 e 0,63 o que significa dizer que o prejuízo de manteve para cada R\$ 1,00 investido.

Analisando a empresa C quanto a margem de lucro líquido obtivemos um resultado no de 2012 de 0,28 significando que para cada R\$ 1,00 investido o prejuízo foi de R\$ 0,72 (setenta e dois centavos). Nos anos seguintes houve uma redução deste índice, em 2013 para -0,08 e 2014 para 0,20.



FONTE: Produção própria, baseando-se nas demonstrações (apêndice 01) empresa C.

4.2.13 Análise Índices de Liquidez Empresa “D”

Foi realizada a análise do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado de Exercício da EMPRESA D, nos períodos de 2013, 2014 e 2015. Seguem os resultados da análise por meio dos índices:

TABELA 14 - RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE DE LIQUIDEZ “D”

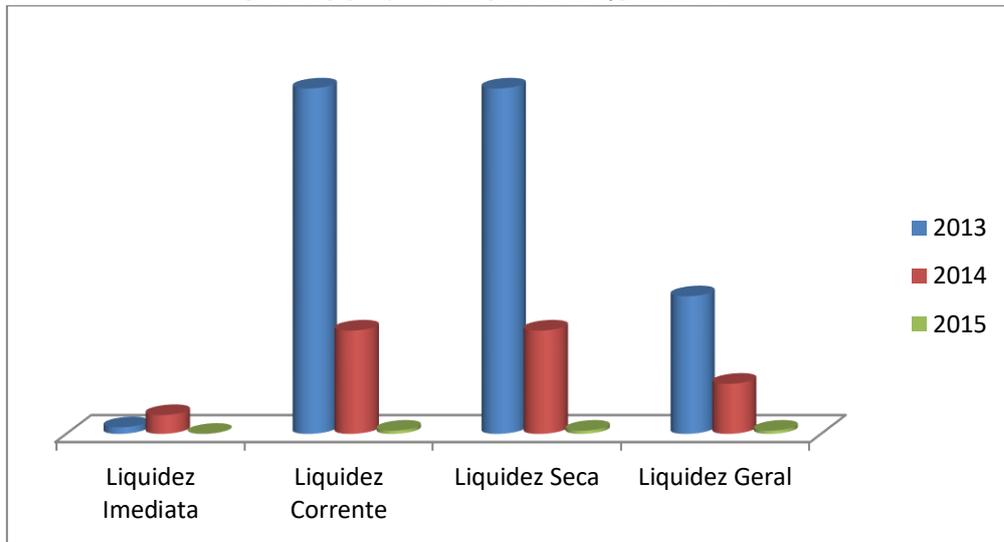
ÍNDICES	2013	2014	2015
Índice de Liquidez Imediata	0,021	0,06	0,00
Índice de Liquidez Corrente	1,11	0,33	0,01
Índice de Liquidez Seca	1,11	0,33	0,01
Índice de Liquidez Geral	0,44	0,16	0,01

Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações (apêndice 01) empresa D.

Conforme a Tabela 13 o índice de liquidez geral no ano de 2013 é de R\$ 0,44, indicando que para cada R\$1,00 de dívida total a empresa tem R\$ 0,44 (quarenta e quatro centavos) de investimentos realizáveis no curto e longo prazo, ou seja, não consegue cumprir com seus compromissos financeiros dispondo de um déficit de 56% (R\$0,56 a cada R\$1,00 de dívidas). No decorrer dos anos de 2014 e 2015, houve uma redução ainda maior destes índices, R\$ 0,16 em 2014 e R\$ 0,01 em 2015, concluindo que a empresa não tem condições satisfatórias de saldar seus compromissos totais, pois não existem condições para isso, analisando seu ativo circulante.

Na Análise do Índice de Liquidez corrente observa-se que no ano de 2013, o quociente foi maior que R\$1,00, sendo o ativo circulante maior que o passivo circulante. Isso significa que os investimentos no ativo circulante são suficientes para cobrir as dívidas de curto prazo e permitir uma folga de 11%. Nos anos de 2014 e 2015 respectivamente houve uma redução considerável de 0,33 e 0,01. Isso ocorreu em virtude da redução das contas Duplicatas a Receber no ativo circulante e Fornecedores na conta do passivo circulante.

GRÁFICO 13 – ÍNDICE DE LIQUIDEZ “D”



FONTE: Produção própria, baseado nas demonstrações (apêndice 01) empresa D.

4.2.14 Análise Índices de Estrutura de Capital Empresa “D”

TABELA 15 - RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE DE ESTRUTURA DE CAPITAL “D”

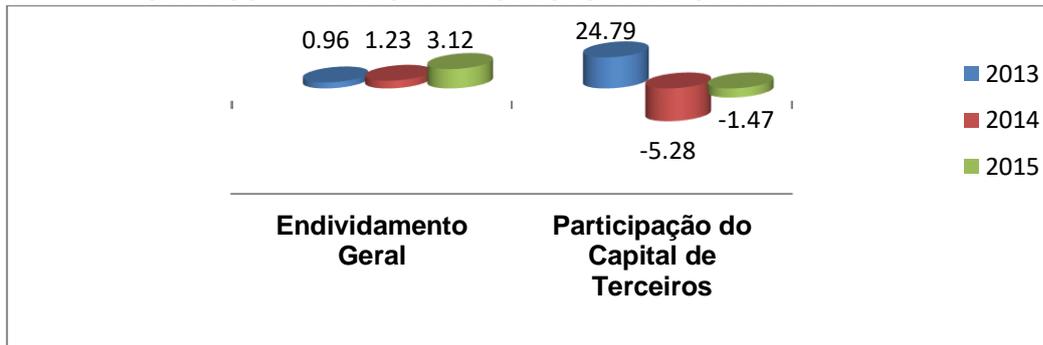
INDICES	2013	2014	2015
Endividamento Geral	0,96	1,23	3,12
Participação do Capital de Terceiros	24,79	-5,28	-1,47

FONTE: Produção própria, baseando-se nas demonstrações (apêndice 01) empresa D.

Conforme tabela 14 o Grau de Endividamento Geral no ano de 2013 era de 96% que corresponde ao grau de dependência da empresa em relação aos recursos de terceiros. Nos anos seguintes este índice aumentou para 123% e 312% respectivamente, correspondendo a um sinal de alerta á saúde financeira da empresa pela dependência com recursos de terceiros.

O resultado apresentado pelo índice de participação de capital de terceiros em 2012 foi de 247% e isso representa que, para cada R\$ 100,00 de capital próprio (patrimônio líquido) utilizado para financiar seus investimentos, a empresa tomou R\$ 247,00 de capitais de terceiros, que é composto pelas contas do passivo circulante e passivo não circulante. Nos anos de 2014 e 2015, o índice de participação de capital de terceiros esteve em -5,28 e -1,47 respectivamente. Significando que a empresa teve prejuízo no seu Patrimônio Líquido.

GRÁFICO 14 – ÍNDICE DE ESTRUTURA DE CAPITAL “D”



FONTE: Produção própria, baseado nas demonstrações (apêndice 01) empresa D.

4.2.15 Análise Índices de Rentabilidade Empresa “D”

TABELA 16 - RESULTADO DA ANÁLISE ÍNDICE DE RENTABILIDADE “D”

INDICES	2013	2014	2015
ROE - Retorno Sobre PL	-0,12	1,39	1,09
ROA - Retorno sobre o Ativo	-0,13	-0,22	-1,19
Margem de Lucro Líquida	0,00	-0,18	-11,44

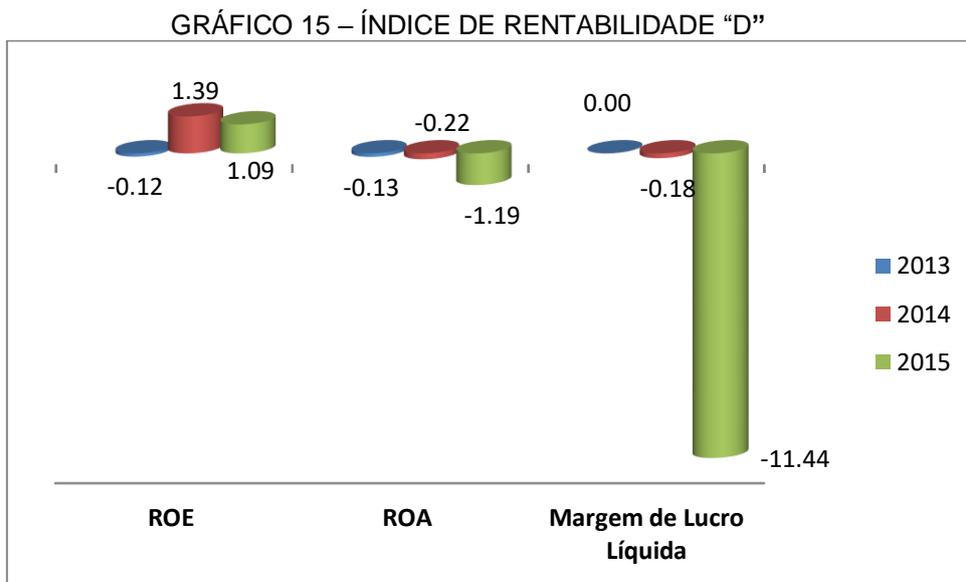
FONTE: Produção própria, baseando-se nas demonstrações (apêndice 01) empresa D.

Resultado do ROE quanto maior melhor. Conforme tabela 15 e analisando o caso da Empresa D o R\$ - 103.113,84 corresponde ao lucro líquido de 2013 dividido pelo total do Patrimônio Líquido gerou um resultado de -0,12 que significa dizer que para cada R\$ 1,00 investido teve um prejuízo de R\$ 0,12. Nos anos seguintes de 2014 e 2015 o prejuízo líquido esteve em R\$ - 3.345.189,50 e R\$ -10.937.852,90 que dividido pelo Patrimônio Líquido gerou um resultado de 1,39 e 1,09 respectivamente. Gerando um valor falso-positivo onde tanto o Patrimônio Líquido quanto o resultado são negativos. Nesse sentido, representa que o Prejuízo é de 1,39 e 1,09 vezes o valor do Patrimônio Líquido, que também já se encontrava negativo.

O ROA indica o retorno gerado por cada R\$ 1,00 investido pela Empresa em seus ativos. Quanto maior melhor. Analisando o caso da Empresa D os R\$ -- 103.113,84 corresponde ao Prejuízo Líquido de 2013 que ao dividir com o total dos Ativos Totais gerou um resultado de -0,13, significando que para cada R\$ 1,00 investido tem prejuízo de R\$ 0,13 (treze centavos). Nos anos seguintes de 2014 e 2015 o prejuízo líquido esteve em R\$ - 3.345.189,50 e R\$ -10.937.852,90 que

dividido pelo Patrimônio Líquido gerou um resultado de -0,22 e -1,19, o que significa dizer que o prejuízo de manteve para cada R\$ 1,00 investido.

Quanto a Margem de Lucro Líquido analisando a Empresa D obteve-se um resultado nulo no ano de 2013 significando que para cada R\$ 1,00 investido a empresa não teve lucro algum. Nos anos seguintes houve uma redução deste índice em 2014 apresentando margens negativas de -0,18 e 2015 -11,44.



FONTE: Produção própria, baseando-se nas demonstrações (apêndice 01) empresa D.

4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

TABELA 17 – RESUMO RESULTADO FINAL DOS PRINCIPAIS INDICES

INDICE DE LIQUIDEZ												
	EMPRESA A			EMPRESA B			EMPRESA C			EMPRESA D		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2013	2014	2015
Geral	0,80	0,75	0,68	0,27	0,34	0,22	1,07	1,02	1,21	0,44	0,16	0,01
Corrente	0,70	1,19	1,10	0,29	0,38	0,28	0,58	0,56	0,29	1,11	0,33	0,01
INDICE DE ATIVIDADE												
	EMPRESA A			EMPRESA B			EMPRESA C			EMPRESA D		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2013	2014	2015
PMRE	3,55	6,17	4,53	1,35	1,06	1,68	670	560	374	-	-	-
PMRV	1,11	0,41	3,94	21,25	45,11	40,16	1,45	0,74	0,38	-	-	-
C.O	4,66	6,58	8,47	22,61	46,17	41,83	671	561	375	-	-	-
ESTRUTURA DE CAPITAL												
	EMPRESA A			EMPRESA B			EMPRESA C			EMPRESA D		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2013	2014	2015
Geral	0,66	0,72	0,80	1,18	1,27	1,78	0,93	0,98	0,82	0,96	1,23	3,12
Cap.Ter	1,93	2,55	3,94	-6,61	-4,66	-2,28	13,5	51,5	4,65	24,7	-5,28	-1,47
INDICE DE RENTABILIDADE												
	EMPRESA A			EMPRESA B			EMPRESA C			EMPRESA D		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2013	2014	2015
ROE	-0,22	-0,16	-0,32	0,91	0,23	0,13	1,20	-1,97	0,90	-0,12	1,39	1,09
ROA	-0,07	-0,04	-0,07	0,34	0,04	0,08	0,15	0,33	0,63	-0,13	-0,22	-1,19
Margem	-0,19	-0,10	-0,14	-0,09	-0,03	-0,03	0,28	-0,08	0,20	0,00	-0,18	-11,4

FONTE: Produção própria, baseando-se nas demonstrações (apêndice 01).

O presente trabalho teve por objetivo, analisar/identificar a situação econômica- financeira das Empresas de Transporte em Processo de Recuperação Judicial, por meio de um Estudo Comparativo para diagnosticar os indícios que apontaram para o Processo Falimentar. Faremos isto analisando os principais índices como: Índice de Liquidez, Atividade, Endividamento e Rentabilidade de cada uma das empresas.

Pretendemos nesta etapa do trabalho não somente comparar índices, mas uma análise feita levando em consideração também o tipo de operação que a pessoa jurídica desenvolve. Estamos falando de Empresas de Transporte Coletivo e de Cargas que prestam serviço e, portanto não vendem mercadorias, responsabilidade esta dos bens do ativo imobilizado, suas frotas de ônibus e de caminhões que geram crédito em seu fluxo de caixa.

De acordo com a tabela 16 os Índices de Liquidez Corrente indicam quanto a empresa poderá dispor em recursos de curto prazo (disponibilidades, clientes, estoques, etc.) para honrar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos, e financiamento do curto prazo, contas a pagar, etc.). Percebe-se na empresa A uma melhora no desempenho quanto ao o índice de liquidez corrente com valor acima de

1(um) nos anos de 2013 e 2014, o que não caracteriza problemas de ordem financeira a curto prazo, não apresenta Duplicatas a Receber (não vendem a prazo), Estoques (não opera com mercadoria) e por estar inserida no ramo de atividade de transporte coletivo, podemos explicar este resultado, pois possui receita a vista diária, não explicitando os valores a receber nos dias seguintes, mas tendo entrada constante de dinheiro no Caixa, o que colabora para cobrir compromissos já contabilizados no Passivo Circulante. No intuito de se obter um resultado mais efetivo faz-se necessário se comparar com outras empresas concorrentes inseridas no mesmo segmento de atividade. O Índice de Liquidez Corrente para as empresas B,C,D, inseridas no segmento de transporte de cargas, demonstra um índice deficiente, abaixo de 1(um) caracterizando perda na capacidade de pagamento.

Quanto ao Índice de Liquidez Geral que mede a capacidade de pagamento de todo passivo exigível da Empresa, recursos estes disponíveis para honrar com todos os seus compromissos. Percebe-se uma alteração significativa no índice de algumas empresas quanto ao Índice de Liquidez Corrente e Geral em determinado período. Somente a Empresa C manteve um Índice favorável acima de R\$ 1,00. As empresas A,B,D, numa série de anos apresentaram um Índice decrescente demonstrando a perda paulatina de poder de pagamento geral. Cabe salientar que o Índice de Endividamento Geral serve para indicar quanto a Empresa tomou de capital de terceiros para cada R\$ 1,00 de capital próprio ou sobre o total do ativo. Neste estudo os dados demonstram que quase todas as Empresas, exceto a Empresa A e C são dependentes de recursos externos possuindo um PL insuficiente para saldar o seu passivo.

O Índice de Atividade indicam as rotações sofridas pelo capital e por valores empregados na produção, apontando quantas vezes foram empregados e recuperados. O Prazo Médio de Rotação de Estoques é o período compreendido entre o tempo em que permanece armazenado até o momento da venda. Como estamos falando de empresas prestadoras de serviço de transporte, percebemos que seus estoques são utilizados para atender suas necessidades diárias de reposição e manutenção de peças para veículos, não havendo estoque com o intuito de revender mercadoria.

Quanto ao Índice de Endividamento Geral que é utilizado para identificar a proporção de ativos que uma empresa possui, mas que estão sendo financiados por recursos de terceiros, isto é, por dívidas que devem ser liquidadas em datas futuras.

As empresas de transporte encontram-se visivelmente dependes de capital de terceiros, apresentando risco de inadimplência alto. Gerencialmente esta prática pode ser favorável se é para obtenção de lucros, pois a empresa paga uma remuneração fixa de juros para quem emprestou o dinheiro, podendo gerar margem alta de retorno, mas com risco elevado. Podemos concluir pela análise do Índice de Participação de Capital de Terceiro que as empresas desse segmento contam com capital de terceiros em grande proporção para financiar suas atividades. A empresa C foi a que apresentou a maior dependência de capital de terceiros em relação às demais.

O Índice de Rentabilidade evidencia quanto foi à rentabilidade dos capitais investidos, ou seja, o resultado das operações realizadas por uma organização. Quanto ao ROE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido) percebemos que a única empresa que gerou retorno ao acionista foi a Empresa C no ano de 2012, a Empresa D, pelo contrário, nos anos de 2014 e 2015 gerou um índice falso-positivo demonstrando que a empresa esta tecnicamente falida onde seus custos excederam as receitas.

A Taxa de Retorno sobre o Ativo (ROA) – mensura a eficiência global da empresa em gerar lucros com seus ativos disponíveis, quanto maior for o rendimento da empresa sobre o total do ativo, melhor. Quanto as Empresas analisadas verificou-se um índice muito baixo, uma diminuição na rentabilidade do Ativo de um exercício para outro para ambas as Empresas.

A Margem Líquida corresponde ao que sobra para os acionistas em relação às receitas com vendas e prestação de serviços da empresa. Mostra qual o lucro líquido para cada unidade de venda realizada na empresa. Neste caso a maioria das Empresas estudadas demonstrou prejuízo no seu resultado. Significando que o dinheiro que foi ganho com a venda de serviços não foi suficiente para cobrir o custo de vendê-los.

Diante dos expostos acima podemos concluir:

A EMPRESA A, a fim de suportar as consequências financeiras, financiou seu capital de giro ao longo dos anos, utilizando-se de crédito bancário (capital de terceiros). Como as questões de fundo não foram equacionadas ao longo do tempo, a empresa não teve geração de caixa suficiente para liquidar o passivo, sendo que os altos custos financeiros agravaram os prejuízos operacionais. Talvez decorrente

de má gestão ou de fatores externos e sistêmicos. Uma vez que a Empresa é dependente da máquina pública e de questões políticas.

Quanto a Empresa B nota-se uma necessidade periódica de recorrer ao mercado financeiro para cumprir com seus compromissos e responsabilidades que os investidores têm com o negócio. Apesar de uma evolução no seu faturamento, houve em todos os exercícios prejuízos no resultado líquido do exercício. Os níveis de empréstimos subiram os tributos também cresceram.

Pelo estudo efetuado na Empresa C, percebe-se que o ativo circulante em 2012 já era bastante reduzido em relação ao passivo circulante, indicando dessa forma que a liquidez corrente estava comprometida na razão de $(0,58=1,00)$, o que requer dizer que para cada real devido à empresa possuía somente R\$0,58 (cinquenta e oito centavos). Situação esta que se perpetuou pelos anos seguintes e atingiu a menor liquidez no ano de 2014 possuindo apenas, nesse período, R\$0,29 (vinte e nove centavos) para cada real devido. Esse indicativo financeiro comprova a grande falta de capital de giro para os negócios operacionais da empresa.

Observa-se que o desequilíbrio financeiro pode ter ocorrido por fatores externos, uma vez que no ano anterior, ou seja, em 2014 foi o ano em que a Empresa apresentou seu melhor desempenho quanto a sua receita bruta, atingindo a casa dos R\$4 milhões de faturamento.

A Empresa D demonstrou nos últimos exercícios descompassos em seu fluxo de caixa, o que no curto prazo torna-se inviável o cumprimento integral de suas obrigações perante fornecedores e instituições financeiras. Também percebemos uma diminuição no faturamento da Empresa nos últimos anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Muitos empresários acreditam que o cenário econômico e a falta de apoio governamental são os principais motivos para o insucesso, mas essas não são as únicas razões. Muitos desejam empreender, mas não estão aptos ou possuem as ferramentas e conhecimentos necessários para abrir um negócio próprio.

Ter capital para investir, contar com bons funcionários e possuir um produto ou serviço que tenha espaço no mercado não garantem sucesso empresarial. É necessário ter uma gestão consolidada e um comportamento empreendedor para minimizar os riscos.

O atual cenário competitivo exige respostas rápidas e eficazes das organizações. A identificação antecipada das necessidades transformou a análise das demonstrações contábeis instrumento importante para as empresas. Através dela obtêm-se o controle e o planejamento, refletindo as decisões empresariais nos resultados da empresa.

Quanto ao endividamento, as Empresas analisadas apresentaram um alto grau, uma vez que os quocientes de estrutura de capital se encontraram acima dos quocientes alcançados por empresas que exercem o mesmo ramo de atividade.

Sob o ponto de vista de solvência, as empresas encontram-se também em situação desfavorável, pois não apresentam solidez financeira que garanta o cumprimento dos compromissos de curto e de longo prazo.

Quanto ao grau de rentabilidade percebem-se prejuízos constantes nos índices analisados.

Dizer neste trabalho que este ou aquele foi motivo preponderante para a Recuperação Judicial da Empresa é negligenciar alguns fatores externos que impactam consideravelmente na situação financeira das instituições. Podemos apontar alguns motivos, que através deste estudo, nos leva a concluir que as Empresas de Transportes recorreram constantemente a dívidas para pagar outras dívidas que estavam vencendo. Por não gerar recursos suficientes para saldar seus compromissos recorrem à utilização de Capital de Terceiros sucessivos.

Observa-se que o círculo vicioso do endividamento torna a Empresa uma séria candidata á insolvência e, conseqüentemente a falência. Quanto maior for à utilização de Capital de Terceiros maior será o nível de alavancagem financeira, ou

seja, ocorrerá a ampliação conjunta dos níveis de risco e do retorno. Outro motivo seria a demora na tomada de decisão financeira que requer acompanhamento permanente de maneira a avaliar seu desempenho, bem como proceder aos ajustes e correções necessárias.

Como considerações de futuros estudos recomenda-se uma análise empírica nos fatores de gestão por meio de entrevistas em profundidade e estudos ação que analisem os reais motivos que levaram estas empresas ao endividamento e processo de recuperação judicial, via maior compreensão dos mapas cognitivos dos gestores e do processo decisório.

REFERÊNCIAS

Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8º Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BARROS, F. A. M. de **Falência**: recuperação judicial e extrajudicial. São Paulo: Ed. MB, 2009.

BEUREN, Ilse Maria, Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática 3 ed. São Paulo: Atlas , 2008

BRAGA, Demonstrações contábeis, São Paulo: Atlas, 1999.

COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários a Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas. São Paulo, Saraiva, 2009.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Lei de Falência e Recuperação de Empresas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FLEURIET, M.; KEHDY, R.; BLANC, G.. Modelo Fleuriet: **A dinâmica financeira das empresas brasileiras**: um método de análise, orçamento e planejamento financeiro. Belo Horizonte: Campus, 2003

GONÇALVES, Maria Gabriela Venturoti Perrotta Rios; GONÇALVES, Vitor Eduardo Rios. **Direito Falimentar**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

IUDÍCIBUS, Sergio, **Contabilidade Introdutória**. 9 ed. São Paulo: Atlas. 1998

IUDÍCIBUS, Sergio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. FINECAFI, Ed. Atlas, 2010

IUDÍCIBUS, S. de. Análise de Balanços. 7 Edição. SP: Editora Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**: análise da liquidez e do endividamento, análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009..

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2006

MATARAZZO, Dante. Gerencial **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial**. 6º Ed. São Paulo: Atlas, 2003

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços**. 5. ed. São Paulo:Atlas, 1998.

MATARAZZO, Dante Carmine. *Análise Financeira de Balanços: Abordagem Gerencial*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PERIN JUNIOR, Ecio. **Curso de direito falimentar e recuperação de empresas**. 3. ed. São Paulo: Método, 2006.

RONCONI, Diego Richard. **Falência & Recuperação de Empresas**. Itajaí: Univali, 2002.

VERGARA Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 11ª ed. São Paulo: Atlas 2009

APÊNDICE – 1
MEMORIAL CÁLCULO INDICES

Entrada em Processo de Recuperação Judicial - 09 de abril de 2015			
TABELA 1 INDICES DE LIQUIDEZ			
EMPRESA A			
	2012	2013	2014
INDICES DE LIQUIDEZ	VALOR	VALOR	VALOR
Índice de Liquidez Imediata	0,043	0,006	0,005
Índice de Liquidez Corrente	0,699	1,190	1,098
Índice de Liquidez Seca	0,683	1,149	1,069
Índice de Liquidez Geral	0,801	0,750	0,683
Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2012, 2013 e 2014.			
TABELA 2 INDICE DE ENDIVIDAMENTO			
EMPRESA A			
	2012	2013	2014
INDICES DE ENDIVIDAMENTO	VALOR	VALOR	VALOR
Endividamento Geral	0,66	0,72	0,80
Participação do Capital de Terceiros/ Capital Próprio*100	1,93	2,55	3,94
Composição das Exigibilidades	0,33	0,23	0,27
Imobilização de Recursos Próprios	0,75	0,83	1,05
Capitalização	0,34	0,28	0,20
Multiplicador de Capital Próprio	2,93	3,55	4,94
Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2012, 2013 e 2014.			
TABELA 3 INDICES DE RENTABILIDADE			
EMPRESA A			
	2012	2013	2014
INDICES DE RENTABILIDADE	VALOR	VALOR	VALOR
ROE - Retorno Sobre PL	-0,22	-0,16	-0,32
ROA - Retorno sobre o Ativo	-0,07	-0,04	-0,07
Margem de Lucro Líquida	-0,19	-0,10	-0,14
Margem de Lucro Operacional	-0,19	-0,10	-0,14
Retorno s/ Vendas	-0,19	-0,10	-0,14
Giro do Ativo e Rentabilidade	0,39	0,43	0,48
Retorno s/ Investimento	-0,39	-0,26	-0,42
Rentabilidade s/ Patrimônio Líquido	-0,22	-0,16	-0,32
Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2012, 2013 e 2014.			
TABELA 4 INDICES DE PRAZOS MÉDIOS			
EMPRESA A			
	2012	2013	2014
INDICES DE PRAZOS MÉDIOS	VALOR	VALOR	VALOR
PRAZO MÉDIO DE ESTOQUE DE MERCADORIA	3,55	6,17	4,53
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DE DUPLICATAS	1,11	0,41	3,94
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES		16,53	15,85
COMPRAS		(55.619.688,42)	(57.748.539,65)
CICLO OPERACIONAL	4,66	6,58	8,47
CICLO FINANCEIRO		(9,95)	(7,38)
Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2012, 2013 e 2014.			

TABELA 5 SITUAÇÃO FINANCEIRA			
EMPRESA A			
	2012	2013	2014
INDICADORES DA SITUAÇÃO FINANCEIRA	VALOR	VALOR	VALOR
Participação Capital de Terceiros	0,66	0,72	0,80
Endividamento a Curto Prazo	0,33	0,23	0,27
Garantia ao Capital de Terceiros	0,52	0,39	0,25
Imobilização de Recursos Permanentes	0,85	0,76	0,77
Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2012, 2013 e 2014.			
APÊNDICE A – Balanço Patrimonial			
EMPRESA A			
ATIVO	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014
Ativo Circulante	23.211.239,84	28.343.225,74	30.174.446,89
Disponibilidades	1.422.841,03	189.622,48	172.307,29
Caixa	28.135,98	40.993,68	10.348,57
Númerário em trânsito	391.448,99	108.749,60	116.089,05
Bancos Conta Movimento	89.811,26	(120,80)	5.869,67
Aplicações Financeiras	913.444,80	40.000,00	40.000,00
Créditos	21.234.963,60	27.167.216,32	29.216.693,56
Clientes	182.869,92	70.266,63	682.997,31
Urbs - Amortização de Capital Privado	4.562.484,25	4.373.933,62	4.090.673,94
Urbs - Rentabilidade s/ Investimento de Veículos	4.845.143,35	4.539.204,38	4.273.919,46
Adiantamento de Salários	199.677,39	226.049,57	218.480,05
Créditos com Pessoas ligadas	11.198.283,26	17.723.012,98	19.733.411,68
Adiantamento a fornecedores	96.109,78	95.324,58	77.682,74
Adiantamento de Dividendos	10.063,20	10.063,20	10.063,20
Imposto a recuperar	140.332,45	129.361,36	129.465,18
Estoques Peças e Acessórios	553.435,21	986.386,94	785.446,04
Ativo não Circulante	129.662.308,61	113.622.630,70	99.671.238,34
Realizável a Longo Prazo	57.380.805,30	48.127.397,23	40.615.310,81
Urbs - Amortização de Capital Privado	28.140.414,59	23.753.777,40	19.807.482,27
Urbs - Rentabilidade c/ Investimento de Veículo	29.240.390,71	24.373.619,83	20.266.583,33
Depósitos Judiciais			541.245,21
Imobilizado	39.132.053,58	33.128.188,96	27.476.592,18
Veículos Linha	54.968.752,30	54.845.752,30	54.845.752,30
Veículos Auxiliares	92.323,67	92.323,67	92.323,67
Equipamentos e Ferramentas	229.543,58	229.543,58	243.891,38
Móveis e Utensílios	186.776,33	192.856,33	198.286,33
Centro de Processamento de Dados	529.669,53	544.563,63	585.296,55
Instalações Posto de Combustível	490.000,00	490.000,00	490.000,00
(-) Depreciações Acumuladas	(17.365.011,83)	(23.266.850,55)	(28.978.958,05)
Intangível	33.149.449,73	32.367.044,51	31.579.335,35
Fundo de Cosméticos	15.240.339,49	15.240.339,49	15.240.339,49
Outorga Concessão Transporte Coletivo	19.692.727,68	19.692.727,68	19.692.727,68
(-) Amortização Outorga Concessão Transportes	(1.783.617,44)	(2.566.022,66)	(3.353.731,82)
Total do Ativo	152.873.548,45	141.965.856,44	129.845.685,23

PASSIVO	2012	2013	2014
Passivo Circulante	33.185.629,57	23.819.288,91	27.493.263,48
Fornecedores	2.554.133,23	2.542.331,94	3.589.523,04
Obrigações Trabalhistas	6.514.541,35	1.699.768,65	3.888.306,74
Impostos a recolher	1.900.435,79	138.524,28	513.962,62
Outras obrigações	223.168,74	128.670,11	175.506,65
Provisão p/ Imposto de Renda	233.318,90	233.318,90	233.318,90
Provisão p/ Contribuição Social	100.076,65	100.076,65	100.076,65
Impostos a recolher sem receitas diferidas	3.730.124,34	3.534.059,22	3.316.561,29
Parcelamento Receita Federal - Previdenciária	468.108,56	1.542.956,82	1.786.678,13
Instituições Financeiras - Financiamentos	14.564.152,62	10.101.635,48	10.147.492,06
Provisão de Férias	2.897.569,39	3.797.946,86	3.741.837,40
Passivo Não Circulante	67.475.916,47	78.173.046,14	76.085.626,46
Exigível a Longo Prazo	67.475.916,47	78.173.046,14	76.085.626,46
Créditos de pessoas ligadas	1.845.070,89	1.552.622,82	1.369.182,63
Empréstimos e Financiamentos	6.526.219,11	10.072.978,28	9.705.104,59
Lasing/Arrendamento Mercantil	267.249,13	54.623,59	
Finame	21.619.403,57	19.020.788,30	16.686.800,85
Impostos a recolher s/ receita diferida	22.751.489,30	19.082.513,00	15.889.367,01
Parcelamento receita federal - Previdenciária	14.466.484,47	28.389.520,15	32.435.171,38
Patrimônio Líquido	52.212.002,41	39.973.521,39	26.266.795,29
Capital Social	23.200.000,00	23.200.000,00	23.200.000,00
Capital Social	23.200.000,00	23.200.000,00	23.200.000,00
Reservas de Capital	0,10	0,10	0,10
Reserva de Capital	0,10	0,10	0,10
Reservas de Lucros	29.012.002,31	16.773.521,29	3.066.795,19
Reserva de lucro á realizar	40.306.819,26	34.423.963,01	29.232.730,70
Lucros/Prejuízos Acumulados		(17.650.441,72)	(17.650.441,72)
Reserva de retenção de lucros	(11.294.816,95)		(8.515.493,79)
Total do Passivo	100.661.546,04	101.992.335,05	103.578.889,94
Total do Passivo + PL	152.873.548,45	141.965.856,44	129.845.685,23

Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2012, 2013 e 2014.

APÊNDICE B – Demonstração Resultado do Exercício (DRE)			
EMPRESA A			
DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2012	2013	2014
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	62.881.613,59	65.213.305,99	65.006.959,32
Tarifa de Transporte Municipal	62.881.613,59	65.213.305,99	65.006.959,32
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA BRUTA	(3.552.807,42)	(3.599.228,60)	(2.613.440,10)
(-) Imposos s/ Receitas Bruta	(3.552.807,42)	(3.599.228,60)	(2.613.440,10)
RECEITA LIQUIDA DE VENDA	59.328.806,17	61.614.077,39	62.393.519,22
(-) Custo das Vendas	(56.052.640,15)	(57.547.598,75)	(62.447.393,72)
LUCRO BRUTO	3.276.166,02	4.066.478,64	(53.874,50)
DESPESAS OPERACIONAIS	(14.883.050,00)	(10.588.029,07)	(8.488.172,24)
Despesas Administrativas	(7.375.721,47)	(4.780.876,29)	(5.516.576,69)
Despesas Financeiras	(7.652.401,75)	(5.823.791,50)	(2.937.321,62)
Receitas Financeiras	164.998,67	38.474,57	3.691,90
Despesas Tributárias	(19.925,45)	(21.835,85)	(37.965,83)
OUTRAS RECEITAS	217.091,96	185.605,66	12.780,19
OUTRAS DESPESAS		(19.680,00)	13.772,76
LUCRO OPERACIONAL	(11.389.792,02)	(6.355.624,77)	(8.515.493,79)
LUCRO ANTES DO IR	(11.389.792,02)	(6.335.944,77)	(8.515.493,79)
PREJUÍZO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	(11.389.792,02)	(6.335.944,77)	(8.515.493,79)
PREJUÍZO LIQUIDO POR AÇÃO	(0,4905)	(0,2739)	(0,367)

Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2012, 2013 e 2014.

Entrada em Processo de Recuperação Judicial - 20 de Outubro de 2015

TABELA 1 INDICES DE LIQUIDEZ

EMPRESA B

	2012	2013	2014
INDICES DE LIQUIDEZ	VALOR	VALOR	VALOR
Índice de Líquidez Imediata	0,0730	0,0301	0,0061
Índice de Líquidez Corrente	0,2928	0,3779	0,2797
Índice de Líquidez Seca	0,2879	0,3738	0,2720
Índice de Líquidez Geral	0,2749	0,3430	0,2257

Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2012, 2013 e 2014.

TABELA 2 INDICE DE ENDIVIDAMENTO

EMPRESA B

	2012	2013	2014
INDICES DE ENDIVIDAMENTO	VALOR	VALOR	VALOR
Endividamento Geral	1,18	1,27	1,78
Participação do Capital de Terceiros/ Capital Próprio*100	-6,61	-4,66	-2,28
Composição das Exigibilidades	0,93	0,91	0,80
Imobilização de Recursos Próprios	-3,77	-2,05	-0,76
Capitalização	-0,18	-0,27	-0,78
Multiplicador de Capital Próprio	-5,61	-3,66	-1,28

Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2012, 2013 e 2014.

TABELA 3 INDICES DE RENTABILIDADE

EMPRESA B

	2012	2013	2014
INDICES DE RENTABILIDADE	VALOR	VALOR	VALOR
ROE - Retorno Sobre PL	0,91	0,23	0,13
ROA - Retorno sobre o Ativo	0,34	0,04	0,08
Margem de Lucro Líquida	-0,09	-0,03	-0,04
Margem de Lucro Operacional	0,19	0,02	0,03
Retorno s/ Vendas	-0,09	-0,04	-0,04
Giro do Ativo e Rentabilidade	1,76	1,69	2,42
Retorno s/ Investimento			
Rentabilidade s/ Patrimônio Líquido	-1,90	-0,15	-0,11

Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2012, 2013 e 2014.

TABELA 4 INDICES DE PRAZOS MÉDIOS

EMPRESA B

	2012	2013	2014
INDICES DE PRAZOS MÉDIOS	VALOR	VALOR	VALOR
PRAZO MÉDIO DE ESTOQUE DE MERCADORIA	1,35	1,06	1,68
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DE DUPLICATAS	21,25	45,11	40,16
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES		0,060	0,131
COMPRAS		(10.548.170,30)	(14.796.439,54)
CICLO OPERACIONAL	22,61	46,17	41,83
CICLO FINANCEIRO		46,11	41,70

Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2012, 2013 e 2014.

TABELA 5 SITUAÇÃO FINANCEIRA			
EMPRESA B			
	2012	2013	2014
INDICADORES DA SITUAÇÃO FINANCEIRA	VALOR	VALOR	VALOR
Participação Capital de Terceiros	1,18	1,27	1,78
Endividamento a Curto Prazo	0,93	0,91	0,80
Garantia ao Capital de Terceiros	(0,15)	(0,21)	(0,44)
Imobilização de Recursos Permanentes	(7,20)	(3,63)	(1,43)
Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2012, 2013 e 2014.			
APÊNDICE A – Balanço Patrimonial			
EMPRESA B			
ATIVO	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014
Ativo Circulante	2.372.059,42	3.927.133,93	3.006.410,94
Disponibilidades	591.374,17	312.325,01	65.313,36
Caixa	69.863,77	5.879,00	57.747,74
Bancos	277.898,68	30.074,86	6.565,29
Aplicações Financeiras	243.611,72	276.371,15	1.000,33
Créditos			
Clientes	771.076,51	1.905.160,90	2.046.596,18
titulos descontados		(1.269.595,90)	
Adiantamentos /antec./empréstimos/ outros creditos	96.759,05	1.982.088,46	
Impostos a recuperar	873.168,54	875.897,74	
Estoques Peças e Acessórios	39.681,15	43.569,70	82.466,01
remessa de produtos		63.226,03	
operações materiais terceiros		14.461,99	
despesas pagas antecipadamente			74.780,08
outros créditos			737.255,31
Ativo não Circulante	5.034.016,72	5.067.277,95	4.573.692,16
Realizavel a Longo Prazo	26.996,51		41.600,00
outros créditos			41.600,00
Investimentos			
depósitos judiciais	26.996,51		
Imobilizado	4.970.873,04	5.031.130,78	4.532.092,16
Intangível	36.147,17	36.147,17	
Total do Ativo	7.406.076,14	8.994.411,88	7.580.103,10
PASSIVO			
Passivo Circulante	8.101.725,70	10.390.690,58	10.749.275,75
Fornecedores	634.421,65	1.939.641,18	1.111.541,99
Obrigações Trabalhistas	69.938,81	297.612,45	321.848,22
Obrigações Tributárias	33.269,60	39.754,71	656.762,46
Outras obrigações		87.957,45	5.126.703,95
Contas a pagar	769.913,33	622.923,56	
Parcelamento de Impostos e tributos		1.800,11	
Instituições Financeiras - Financiamentos	6.594.182,31	7.401.001,12	3.532.419,13
Passivo Não Circulante	623.864,91	1.059.821,78	2.756.289,29
Exigível a Longo Prazo			
Empréstimos e Financiamentos		395.511,17	1.656.033,94
Parcelamento Obrigações Sociais/Fiscais e Tributárias	623.864,91	664.310,61	1.100.255,35

Patrimônio Líquido	(1.319.514,47)	(2.456.100,48)	(5.925.461,94)
Capital Social	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Capital Social Realizado	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Reservas	1.251.934,11	1.251.934,11	
Reservas de Capital	867.610,61	867.610,61	
Reservas de Lucros	384.323,50	384.323,50	
Lucros/Prejuízos Acumulados	(2.671.448,58)	(3.808.034,59)	(6.025.461,94)
Total do Passivo	8.725.590,61	11.450.512,36	13.505.565,04
Total do Passivo + PL	7.406.076,14	8.994.411,88	7.580.103,10

Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2012, 2013 e 2014.

APÊNDICE B – Demonstração Resultado do Exercício (DRE)

EMPRESA B

DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2012	2013	2014
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	14.963.679,34	17.398.367,54	21.171.040,27
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA BRUTA	(1.901.644,73)	(2.215.494,59)	(2.824.301,81)
juros e descontos obtidos		21.044,89	
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	13.062.034,61	15.203.917,84	18.346.738,46
Custos Operacionais	(10.552.058,85)	(14.835.335,85)	(17.721.320,72)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	2.509.975,76	368.581,99	625.417,74
DESPESAS OPERACIONAIS	(2.069.342,48)	(666.510,12)	(1.188.004,76)
Administrativas	(2.066.867,48)	(623.793,09)	(1.039.039,10)
Comerciais	(2.475,00)	(42.717,03)	(148.965,66)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO FINANCEIRO	440.633,28	(297.928,13)	(562.587,02)
RESULTADO FINANCEIRO	(1.615.342,36)	(1.497.591,77)	(1.300.374,27)
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	(29.673,78)	1.220.209,94	1.064.661,87
RESULTADO ANTES IR E CSLL	(1.204.382,86)	(575.309,96)	(798.299,42)
PREJUÍZO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.204.382,86)	(575.309,96)	(798.299,42)

Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2012, 2013 e 2014.

Entrada em Processo de Recuperação Judicial - 22 de Agosto de 2015

TABELA 1 INDICES DE LIQUIDEZ

EMPRESA C

	2012	2013	2014
INDICES DE LIQUIDEZ	VALOR	VALOR	VALOR
Índice de Líquidez Imediata	0,197	0,236	0,003
Índice de Líquidez Corrente	0,582	0,564	0,295
Índice de Líquidez Seca	0,220	0,299	0,054
Índice de Líquidez Geral	1,074	1,019	1,215

Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2012, 2013 e 2014.

TABELA 2 INDICE DE ENDIVIDAMENTO			
EMPRESA C			
	2012	2013	2014
INDICES DE ENDIVIDAMENTO	VALOR	VALOR	VALOR
Endividamento Geral	0,93	0,98	0,82
Participação do Capital de Terceiros/ Capital Próprio*100	13,54	51,58	4,65
Composição das Exigibilidades	0,76	0,81	0,95
Imobilização de Recursos Próprios	8,54	28,89	4,35
Capitalização	0,07	0,02	0,18
Multiplicador de Capital Próprio	14,54	52,58	5,65
Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2012, 2013 e 2014.			
TABELA 3 INDICES DE RENTABILIDADE			
EMPRESA C			
	2012	2013	2014
INDICES DE RENTABILIDADE	VALOR	VALOR	VALOR
ROE - Retorno Sobre PL	1,20	-1,98	0,90
ROA - Retorno sobre o Ativo	0,16	0,34	0,63
Margem de Lucro Líquida	0,28	-0,08	0,20
Margem de Lucro Operacional	0,53	0,71	0,78
Retorno s/ Vendas	0,28	-0,08	0,20
Giro do Ativo e Rentabilidade	0,29	0,47	0,81
Retorno s/ Investimento			
Rentabilidade s/ Patrimônio Líquido	1,20	-1,98	0,90
Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2012, 2013 e 2014.			
TABELA 4 INDICES DE PRAZOS MÉDIOS			
EMPRESA C			
	2012	2013	2014
INDICES DE PRAZOS MÉDIOS	VALOR	VALOR	VALOR
PRAZO MÉDIO DE ESTOQUE DE MERCADORIA	670,53	560,43	374,87
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DE DUPLICATAS	1,45	0,74	0,38
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES		211,31	0
COMPRAS		(584.375,40)	(699.172,00)
CICLO OPERACIONAL	671,98	561,17	375,25
CICLO FINANCEIRO		349,87	375,25
Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2012, 2013 e 2014.			
TABELA 5 SITUAÇÃO FINANCEIRA			
EMPRESA C			
	2012	2013	2014
INDICADORES DA SITUAÇÃO FINANCEIRA	VALOR	VALOR	VALOR
Participação Capital de Terceiros	0,93	0,98	0,82
Endividamento a Curto Prazo	0,76	0,81	0,95
Garantia ao Capital de Terceiros	0,07	0,02	0,21
Imobilização de Recursos Permanentes			
Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2012, 2013 e 2014.			

APÊNDICE A – Balanço Patrimonial			
EMPRESA C			
ATIVO	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014
Ativo Circulante	1.748.296,55	2.319.682,22	1.331.663,92
Disponibilidades	592.134,26	970.677,63	15.569,71
Caixa	617.816,62	973.045,63	62.870,18
Bancos Conta Movimento	(29.280,05)	(5.968,00)	(182.680,47)
Aplicações Financeiras	3.597,69	3.600,00	135.380,00
Créditos	67.721,93	260.564,23	227.653,85
Clientes	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Consórcios	62.721,93	255.564,23	222.653,85
Estoques Peças e Acessórios	1.088.440,36	1.088.440,36	1.088.440,36
Ativo não Circulante	2.487.923,41	2.829.377,49	4.461.661,46
Realizável a Longo Prazo			
Imobilizado	2.487.923,41	2.829.377,49	4.461.661,46
Total do Ativo	4.236.219,96	5.149.059,71	5.793.325,38
PASSIVO			
Passivo Circulante	3.005.418,68	4.111.667,72	4.519.129,24
Fornecedores	147.180,90	343.005,68	
Obrigações sociais e fiscais	141.782,61	299.213,00	598.622,18
Outras obrigações	487.086,10	483.033,10	308.949,00
Instituições Financeiras - Financiamentos	2.229.369,07	2.986.415,94	3.611.558,06
Passivo Não Circulante	939.470,10	939.470,10	249.470,10
Exigível a Longo Prazo			
Empréstimos e Financiamentos	939.470,10	939.470,10	249.470,10
Patrimônio Líquido	291.331,18	97.921,89	1.024.726,04
Capital Social	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Lucros/Prejuízos Acumulados	(157.679,23)	191.331,18	(2.078,11)
Resultado do Exercício	349.010,41	(193.409,29)	926.804,15
Final do Lucro (Prejuízo) acumulado	191.331,18	(2.078,11)	924.726,04
Total Passivo	3.944.888,78	5.051.137,82	4.768.599,34
Total do Passivo + PL	4.236.219,96	5.149.059,71	5.793.325,38

Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2012, 2013 e 2014.

APÊNDICE B – Demonstração Resultado do Exercício (DRE)			
EMPRESA C			
DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2012	2013	2014
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.303.968,06	2.516.320,26	4.852.167,93
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA BRUTA	(62.433,85)	(91.845,69)	(170.940,72)
juros e descontos obtidos			
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	1.241.534,21	2.424.474,57	4.681.227,21
Custos Operacionais	(584.375,40)	(699.172,00)	(1.045.274,38)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	657.158,81	1.725.302,57	3.635.952,83
DESPESAS OPERACIONAIS	(332.842,25)	(1.860.212,00)	(2.593.030,78)
Administrativas			
Comerciais			
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO FINANCEIRO	324.316,56	(134.909,90)	1.042.922,05
RESULTADO FINANCEIRO			
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	66.045,77		
RESULTADO ANTES IR E CSLL	390.362,33	(134.909,90)	1.042.922,05
PROVISÕES	(41.351,92)	(58.499,39)	(116.117,90)
LUCRO/PREJUÍZO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	349.010,41	(193.409,29)	926.804,15

Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2012, 2013 e 2014.

Entrada em Processo de Recuperação Judicial - 05 de Agosto de 2016			
TABELA 1 INDICES DE LIQUIDEZ			
EMPRESA D			
	2013	2014	2015
INDICES DE LIQUIDEZ	VALOR	VALOR	VALOR
Índice de Líquidez Imediata	0,021	0,058	0,001
Índice de Líquidez Corrente	1,110	0,327	0,007
Índice de Líquidez Seca	1,110	0,327	0,007
Índice de Líquidez Geral	0,442	0,156	0,007
Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2013, 2014 e 2015.			
TABELA 2 INDICE DE ENDIVIDAMENTO			
EMPRESA D			
	2013	2014	2015
INDICES DE ENDIVIDAMENTO	VALOR	VALOR	VALOR
Endividamento Geral	0,96	1,23	3,12
Participação do Capital de Terceiros/ Capital Próprio*100	24,79	-5,28	-1,47
Composição das Exigibilidades	0,37	0,47	0,82
Imobilização de Recursos Próprios	14,35	-3,45	-0,46
Capitalização	0,04	-0,23	-2,12
Multiplicador de Capital Próprio	25,79	-4,28	-0,47
Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2013, 2014 e 2015.			
TABELA 3 INDICES DE RENTABILIDADE			
EMPRESA D			
	2013	2014	2015
INDICES DE RENTABILIDADE	VALOR	VALOR	VALOR
ROE - Retorno Sobre PL	-0,12	1,39	1,09
ROA - Retorno sobre o Ativo	-0,13	-0,22	-1,19
Margem de Lucro Líquida	0,00	-0,18	-11,44
Margem de Lucro Operacional	-0,08	-0,12	-5,85
Retorno s/ Vendas	0,00	-0,18	-11,44
Giro do Ativo e Rentabilidade	1,65	1,79	0,20
Retorno s/ Investimento	-6,82		
Rentabilidade s/ Patrimônio Líquido	-0,12	1,39	1,09
Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2013, 2014 e 2015.			
TABELA 4 INDICES DE PRAZOS MÉDIOS			
EMPRESA D			
	2013	2014	2015
INDICES DE PRAZOS MÉDIOS	VALOR	VALOR	VALOR
PRAZO MÉDIO DE ESTOQUE DE MERCADORIA			
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DE DUPLICATAS	71,48	22,96	1,46
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES		0,20	0,27
COMPRAS		(19.805.243,42)	(5.627.117,29)
CICLO OPERACIONAL	71,48	22,96	1,46
CICLO FINANCEIRO		22,77	1,18
Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2013, 2014 e 2015.			

TABELA 5 SITUAÇÃO FINANCEIRA			
EMPRESA D			
	2013	2014	2015
INDICADORES DA SITUAÇÃO FINANCEIRA	VALOR	VALOR	VALOR
Participação Capital de Terceiros	0,96	1,23	3,12
Endividamento a Curto Prazo	0,37	0,47	0,82
Garantia ao Capital de Terceiros	0,04	(0,19)	(0,68)
Imobilização de Recursos Permanentes	0,58	0,81	0,98
Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2013, 2014 e 2015.			
APÊNDICE A – Balanço Patrimonial			
EMPRESA D			
ATIVO	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
Ativo Circulante	8.360.421,74	1.973.578,32	86.106,23
Disponibilidades			
Caixa e bancos	159.066,83	349.078,82	15.742,46
Aplicações Financeiras	191.461,53		
Duplicatas a receber	7.013.713,11	1.177.159,38	3.864,48
Imposto a recuperar	996.180,27		
Outros créditos a receber		447.340,12	66.499,29
Ativo não Circulante	13.037.579,88	8.341.956,50	4.631.095,79
Realizável a Longo Prazo	722.915,57	11.634,38	11.634,38
Impostos a recuperar	711.281,19		
Depósitos Judiciais	11.634,38	11.634,38	11.634,38
Investimentos	403.526,35	-	-
Imobilizado	11.903.083,95	8.322.268,11	4.619.461,41
Veículos	18.248.712,23		
Construções em andamento	4.850,74		
Computadores e Periféricos	61.968,10		
Móveis e Utensílios	217.433,27		
Maquinas Eqptos e Transporte	2.621.593,25		
(-) Depreciações Acumuladas	(9.251.473,64)		
Intangível	8.054,01	8.054,01	
Software	19.380,00		19.380,00
(-) Amortização Software	(11.325,99)		(19.380,00)
Total do Ativo	21.398.001,62	10.315.534,82	4.717.202,02
PASSIVO			
Passivo Circulante	7.528.547,62	6.041.194,90	12.090.969,52
Fornecedores	3.877.833,78	1.528.548,77	1.536.402,11
Consortios a pagar	173.527,41		107.308,98
Salários a pagar	432.704,16	293.920,67	86.240,00
Obrigações sociais	806.119,07	184.419,52	866.951,03
Provisão p/ Imposto de Renda	77.197,43		
Provisão p/ Contribuição Social	36.431,07		
Obrigações Tributárias	182.369,76	3.494,09	2.981,38
Instituições Financeiras - Financiamentos	1.942.364,94		
Financiamentos		3.944.571,85	9.428.046,02
Adiantamento a clientes		86.240,00	
Outras contas a pagar			63.040,00
Passivo Não Circulante	13.039.686,44	6.686.648,02	2.631.204,00
Exigível a Longo Prazo			
Empréstimos e Financiamentos	12.494.204,61	6.267.639,37	
Parcelamentos Lei 11941	117.594,99	86.596,15	226.391,70
Parcelamentos	427.886,84	332.412,50	320.509,90
Empréstimos com empresas interligadas			2.054.243,54
Consortios a pagar			30.058,86

Patrimônio Líquido	829.767,56	(2.412.308,10)	(10.004.971,50)
Capital Social	880.000,00	880.000,00	880.000,00
Reservas de Capital	52.881,40	52.881,40	52.881,40
(-) Lucro distribuído	(300.000,00)		
Lucro Acumulado	1.173.577,00	873.577,00	873.577,00
(-) Prejuízo Acumulado	(976.690,84)	(4.218.766,50)	(11.811.429,90)
PASSIVO	20.568.234,06	12.727.842,92	14.722.173,52
Total do Passivo + PL	21.398.001,62	10.315.534,82	4.717.202,02

Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2013, 2014 e 2015.

APÊNDICE B – Demonstração Resultado do Exercício (DRE)			
EMPRESA D			
DRE	2013	2014	2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	37.095.092,86	20.880.984,89	992.205,86
Tarifa de Transporte Municipal			
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA BRUTA	(1.769.598,65)	(2.425.682,41)	(36.372,81)
(-) Imposos s/ Receitas Bruta			
RECEITA LIQUIDA DE VENDA	35.325.494,21	18.455.302,48	955.833,05
(-) Custo dos Serviços Prestados	(35.465.736,59)	(19.805.243,42)	(5.627.117,29)
LUCRO BRUTO	(140.242,38)	(1.349.940,94)	(4.671.284,24)
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.343.625,26)	(243.625,26)	(214.529,54)
Despesas Administrativas	(890.199,80)	(90.199,80)	(132.501,99)
Despesas com pessoal admn	(453.425,46)	(153.425,46)	(82.027,55)
RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO	(1.266.712,79)	(680.351,98)	(710.532,64)
Despesas Financeiras	(1.310.400,33)	(680.351,98)	(712.226,23)
Receitas Financeiras	43.687,54		1.693,59
RESULTADO LIQ DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(2.750.580,43)	(2.273.918,18)	(5.596.346,42)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.900.179,76	(968.157,48)	(1.996.316,98)
Resultado Alienação Imobilizado		(1.036.917,48)	(2.596.658,73)
Outras receitas não operacionais		68.760,00	
Desconto obtido em operação de crédito			600.341,75
LUCRO ANTES DO TRIBUTOS/ LUCRO	(850.400,67)	(3.242.075,66)	(7.592.663,40)
PROVISÃO DE IMPOSTOS	(126.290,17)		
(-) Provisão p/ Contribuição Social	(36.431,07)		
(-) Provisão p/ Imposto de Renda	(89.859,10)		
Resultado Líquido do Período	(976.690,84)	(3.242.075,66)	(7.592.663,40)
Saldo anterior de Lucro Acumulado	1.173.577,00	873.577,00	873.577,00
Saldo anterior de Prejuízos Acumulado		(976.690,84)	(4.218.766,50)
Total dos Recursos	196.886,16	(3.345.189,50)	
Aplicações	(300.000,00)		
Lucro e Prejuízo Acumulado	(103.113,84)	(3.345.189,50)	(10.937.852,90)

Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis períodos de 2013, 2014 e 2015.

APÊNDICE 2

MEMORIAL CÁLCULO ANÁLISE VERTICAL/HORIZONTAL

APÊNDICE A – Balanço Patrimonial												
EMPRESA A												
BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2012	AV	AHN	AHR	31/12/2013	AV	AHN	AHR	31/12/2014	AV	AHN	AHR
ATIVO												
Ativo Circulante	23.211.239,84	15%			28.343.225,74	20%	22%	15,72%	30.174.446,89	23%	30%	25,40%
Disponibilidades	1.422.841,03	1%			189.622,48	0%	-87%	-87,37%	172.307,29	0%	-88%	-88,32%
Caixa	28.135,98	0%			40.993,68	0%	46%	38,08%	10.348,57	0%	-63%	-64,52%
Númerário em trânsito	391.448,99	0%			108.749,60	0%	-72%	-73,67%	116.089,05	0%	-70%	-71,39%
Bancos Conta Movimento	89.811,26	0%			(120,80)	0%	-100%	-100,12%	5.869,67	0%	-93%	-93,70%
Aplicações Financeiras	913.444,80	1%			40.000,00	0%	-96%	-95,85%	40.000,00	0%	-96%	-95,78%
Créditos	21.234.963,60	14%			27.167.216,32	19%	28%	21,25%	29.216.693,56	23%	38%	32,72%
Clientes	182.869,92	0%			70.266,63	0%	-62%	-63,59%	682.997,31	1%	273%	260,27%
Amortização de Capital Privado	4.562.484,25	3%			4.373.933,62	3%	-4%	-9,145%	4.090.673,94	3%	-10%	-13,52%
Rentab. s/ Investimento de Veículos	4.845.143,35	3%			4.539.204,38	3%	-6%	-11,21%	4.273.919,46	3%	-12%	-14,91%
Adiantamento de Salários	199.677,39	0%			226.049,57	0%	13%	7,288%	218.480,05	0%	9%	5,54%
Créditos com Pessoas ligadas	11.198.283,26	7%			17.723.012,98	12%	58%	49,99%	19.733.411,68	15%	76%	69,98%
Adiantamento a fornecedores	96.109,78	0%			95.324,58	0%	-1%	-6,008%	77.682,74	0%	-19%	-22,03%
Adiantamento de Dividendos	10.063,20	0%			10.063,20	0%	0%	-5,231%	10.063,20	0%	0%	-3,54%
Imposto a recuperar	140.332,45	0%			129.361,36	0%	-8%	-12,64%	129.465,18	0%	-8%	-11,01%
Estoques Peças e Acessórios	553.435,21	0%			986.386,94	1%	78%	68,91%	785.446,04	1%	42%	36,90%
Ativo não Circulante												
Realizável a Longo Prazo	129.662.308,61	85%			113.622.630,70	80%	-12%	-16,95%	99.671.238,34	77%	-23%	-25,85%
Amortização de Capital Privado	57.380.805,30	38%			48.127.397,23	34%	-16%	-20,51%	40.615.310,81	31%	-29%	-31,72%
Rentab. c/ Investimento de Veículo	28.140.414,59	18%			23.753.777,40	17%	-16%	-20,00%	19.807.482,27	15%	-30%	-32,10%
Rentab. c/ Investimento de Veículo	29.240.390,71	19%			24.373.619,83	17%	-17%	-21,00%	20.266.583,33	16%	-31%	-33,14%
Depósitos Judiciais									541.245,21	0%		-3,54%
Imobilizado	39.132.053,58	26%			33.128.188,96	23%	-15%	-19,77%	27.476.592,18	21%	-30%	-32,27%
Veículos Linha	54.968.752,30	36%			54.845.752,30	39%	0%	-5,44%	54.845.752,30	42%	0%	-3,76%
Veículos Auxiliares	92.323,67	0%			92.323,67	0%	0%	-5,23%	92.323,67	0%	0%	-3,54%
Equipamentos e Ferramentas	229.543,58	0%			229.543,58	0%	0%	-5,23%	243.891,38	0%	6%	2,49%
Móveis e Utensílios	186.776,33	0%			192.856,33	0%	3%	-2,15%	198.286,33	0%	6%	2,40%
Centro de Processamento de Dados	529.669,53	0%			544.563,63	0%	3%	-2,57%	585.296,55	0%	11%	6,59%
Instalações Posto de Combustível	490.000,00	0%			490.000,00	0%	0%	-5,23%	490.000,00	0%	0%	-3,54%
(-) Depreciações Acumuladas	(17.365.011,83)	-11%			(23.266.850,55)	-16%	34%	26,98%	(28.978.958,05)	-22%	67%	60,97%
Intangível	33.149.449,73	22%			32.367.044,51	23%	-2%	-7,47%	31.579.335,35	24%	-5%	-8,11%
Fundo de Cosméticos	15.240.339,49	10%			15.240.339,49	11%	0%	-5,23%	15.240.339,49	12%	0%	-3,54%
Outorga Concessão Transporte Coletivo	19.692.727,68	13%			19.692.727,68	14%	0%	-5,23%	19.692.727,68	15%	0%	-3,54%
(-) Amort. Outorga Concessão Transportes	(1.783.617,44)	-1%			(2.566.022,66)	-2%	44%	36,34%	(3.353.731,82)	-3%	88%	81,37%
Total do Ativo	152.873.548,45	100%			141.965.856,44	100%	-7%	-11,99%	129.845.685,23	100%	-15%	-18,07%
PASSIVO												
	2012				2013				2014			
Passivo Circulante	33.185.629,57	22%			23.819.288,91	17%	-28%	-31,98%	27.493.263,48	21%	-17%	-20,09%
Fornecedores	2.554.133,23	2%			2.542.331,94	2%	0%	-5,67%	3.589.523,04	3%	41%	35,56%
Númerários em trânsito		0%				0%	0%	-5,23%		0%		-3,54%
Obrigações Trabalhistas	6.514.541,35	4%			1.699.768,65	1%	-74%	-75,27%	3.888.306,74	3%	-40%	-42,43%
Impostos a recolher	1.900.435,79	1%			138.524,28	0%	-93%	-93,09%	513.962,62	0%	-73%	-73,91%
Outras obrigações	223.168,74	0%			128.670,11	0%	-42%	-45,36%	175.506,65	0%	-21%	-24,14%
Provisão p/ Imposto de Renda	233.318,90	0%			233.318,90	0%	0%	-5,23%	233.318,90	0%	0%	-3,54%
Provisão p/ Contribuição Social	100.076,65	0%			100.076,65	0%	0%	-5,23%	100.076,65	0%	0%	-3,54%
Impostos a recolher sem receitas diferidas	3.730.124,34	2%			3.534.059,22	2%	-5%	-10,21%	3.316.561,29	3%	-11%	-14,23%
Parcel. Receita Federal - Previdenciária	468.108,56	0%			1.542.956,82	1%	230%	212,37%	1.786.678,13	1%	282%	268,17%
Instituições Financeiras - Financiamentos	14.564.152,62	10%			10.101.635,48	7%	-31%	-34,27%	10.147.492,06	8%	-30%	-32,79%
Provisão de Férias	2.897.569,39	2%			3.797.946,86	3%	31%	24,22%	3.741.837,40	3%	29%	24,57%
Dividendos Propostos		0%				0%	0%	-5,23%		0%		-3,54%

Passivo Não Circulante	67.475.916,47	44%		78.173.046,14	55%	16%	9,793%	76.085.626,46	59%	13%	8,77%
Exigível a Longo Prazo	67.475.916,47	44%		78.173.046,14	55%	16%	9,793%	76.085.626,46	59%	13%	8,77%
Créditos de pessoas ligadas	1.845.070,89	1%		1.552.622,82	1%	-16%	-20,25%	1.369.182,63	1%	-26%	-28,42%
Empréstimos e Financiamentos	6.526.219,11	4%		10.072.978,28	7%	54%	46,27%	9.705.104,59	7%	49%	43,45%
Lasing/Arrendamento Mercantil	267.249,13	0%		54.623,59	0%	-80%	-80,63%		0%	-100%	-100,00%
Finame	21.619.403,57	14%		19.020.788,30	13%	-12%	-16,62%	16.686.800,85	13%	-23%	-25,55%
Impostos a recolher s/ receita diferida	22.751.489,30	15%		19.082.513,00	13%	-16%	-20,51%	15.889.367,01	12%	-30%	-32,63%
Parcel. receita federal - Previdenciária	14.466.484,47	9%		28.389.520,15	20%	96%	85,98%	32.435.171,38	25%	124%	116,27%
Patrimônio Líquido	52.212.002,41	34%		39.973.521,39	28%	-23%	-27,45%	26.266.795,29	20%	-50%	-51,47%
Capital Social	23.200.000,00	15%		23.200.000,00	16%	0%	-5,23%	23.200.000,00	18%	0%	-3,54%
Capital Social	23.200.000,00	15%		23.200.000,00	16%	0%	-5,23%	23.200.000,00	18%	0%	-3,54%
Reservas de Capital	0,10	0%		0,10	0%	0%	-5,23%	0,10	0%	0%	-3,54%
Reserva de Capital	0,10	0%		0,10	0%	0%	-5,23%	0,10	0%	0%	-3,54%
Reservas de Lucros	29.012.002,31	19%		16.773.521,29	12%	-42%	-45,21%	3.066.795,19	2%	-89%	-89,80%
Reserva legal		0%			0%		-5,23%		0%		-3,54%
Reserva de lucro á realizar	40.306.819,26	26%		34.423.963,01	24%	-15%	-19,06%	29.232.730,70	23%	-27%	-30,04%
Lucros/Prejuízos Acumulados		0%		(17.650.441,72)	-12%		-5,23%	(17.650.441,72)	-14%		-3,54%
Reserva de retenção de lucros	(11.294.816,95)	-7%			0%	-100%	-100,00%	(8.515.493,79)	-7%	-25%	-27,28%
Total do Passivo	100.661.546,04	66%		101.992.335,05	72%	1%	-3,98%	103.578.889,94	80%	3%	-0,74%
Total do Passivo + PL	152.873.548,45	100%		141.965.856,44	100%	-7%	-11,99%	129.845.685,23	100%	-15%	-18,07%

Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis referentes aos períodos de 2012, 2013 e 2014.

APÊNDICE B – Demonstração Resultado do Exercício (DRE)

EMPRESA A

DRE	2012	AV	AHN	AHR	2013	AV	AHN	AHR	2014	AV	AHN	AHR
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	62.881.613,59	100%			65.213.305,99	100%	4%	-1,72%	65.006.959,32	100%	3%	-2,03%
Tarifa de Transporte Municipal	62.881.613,59	100%			65.213.305,99	100%	4%	-1,72%	65.006.959,32	100%	3%	-2,03%
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA BRUTA	(3.552.807,42)	-6%			(3.599.228,60)	-6%	1%	-3,99%	(2.613.440,10)	-4%	-26%	-30,29%
(-) Imposos s/ Receitas Bruta	(3.552.807,42)	-6%			(3.599.228,60)	-6%	1%	-3,99%	(2.613.440,10)	-4%	-26%	-30,29%
RECEITA LIQUIDA DE VENDA	59.328.806,17	94%			61.614.077,39	94%	4%	-1,58%	62.393.519,22	96%	5%	-0,34%
(-) Custo das Vendas	(56.052.640,15)	-89%			(57.547.598,75)	-88%	3%	-2,70%	(62.447.393,72)	-96%	11%	5,58%
LUCRO BRUTO	3.276.166,02	5%			4.066.478,64	6%	24%	17,63%	(53.874,50)	0%	-102%	-101,56%
DESPESAS OPERACIONAIS	(14.883.050,00)	-24%			(10.588.029,07)	-16%	-29%	-32,58%	(8.488.172,24)	-13%	-43%	-45,95%
Despesas Administrativas	(7.375.721,47)	-12%			(4.780.876,29)	-7%	-35%	-38,57%	(5.516.576,69)	-8%	-25%	-29,12%
Despesas Financeiras	(7.652.401,75)	-12%			(5.823.791,50)	-9%	-24%	-27,88%	(2.937.321,62)	-5%	-62%	-63,62%
Receitas Financeiras	164.998,67	0%			38.474,57	0%	-77%	-77,90%	3.691,90	0%	-98%	-97,88%
Despesas Tributárias	(19.925,45)	0%			(21.835,85)	0%	10%	3,85%	(37.965,83)	0%	91%	80,57%
OUTRAS RECEITAS	217.091,96	0%			185.605,66	0%	-15%	-18,98%	12.780,19	0%	-94%	-94,42%
OUTRAS DESPESAS		0%			(19.680,00)	0%			13.772,76	0%		
LUCRO OPERACIONAL	(11.389.792,02)	-18%			(6.355.624,77)	-10%	-44%	-47,12%	(8.515.493,79)	-13%	-25%	-29,15%
RESULTADO ANTES DO I.R												
LUCRO ANTES DO IR	(11.389.792,02)	-18%			(6.335.944,77)	-10%	-44%	-47,28%	(8.515.493,79)	-13%	-25%	-29,15%
(-) Provisão p/ Contribuição Social												
(-) Provisão p/ Imposto de Renda												
PREJUÍZO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	(11.389.792,02)	-18%			(6.335.944,77)	-10%	-44%	-47,28%	(8.515.493,79)	-13%	-25%	-29,15%
PREJUÍZO LIQUIDO POR AÇÃO	(0,4905)				(0,2739)				(0,367)			

Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis referentes aos períodos de 2012, 2013 e 2014.

APÊNDICE A – Balanço Patrimonial												
EMPRESA B												
BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2012	AV	AHN	AHR	31/12/2013	AV	AHN	AHR	31/12/2014	AV	AHN	AHR
ATIVO												
Ativo Circulante	2.372.059,42	32%			3.927.133,93	44%	66%	56,90%	3.006.410,94	40%	27%	22,26%
Disponibilidades	591.374,17	8%			312.325,01	3%	-47%	-49,95%	65.313,36	1%	-89%	-89,35%
Caixa	69.863,77	1%			5.879,00	0%	-92%	-92,03%	57.747,74	1%	-17%	-20,27%
Bancos	277.898,68	4%			30.074,86	0%	-89%	-89,74%	6.565,29	0%	-98%	-97,72%
Aplicações Financeiras	243.611,72	3%			276.371,15	3%	13%	7,51%	1.000,33	0%	-100%	-99,60%
Créditos		0%				0%				0%		
Cientes	771.076,51	10%			1.905.160,90	21%	147%	134,15%	2.046.596,18	27%	165%	156,02%
títulos descontados		0%			(1.269.595,90)	-14%				0%		
Adiant. /antec./emprest./ outros creditos	96.759,05	1%			1.982.088,46	22%	1948%	1841,32%		0%	-100%	-100,00%
Impostos a recuperar	873.168,54	12%			875.897,74	10%	0%	-4,94%		0%	-100%	-100,00%
Estoques Peças e Acessórios	39.681,15	1%			43.569,70	0%	10%	4,06%	82.466,01	1%	108%	100,46%
remessa de produtos		0%			63.226,03	1%				0%		
operações materiais terceiros		0%			14.461,99	0%				0%		
despesas pagas antecipadamente		0%				0%			74.780,08	1%		
outros créditos		0%				0%			737.255,31	10%		
Ativo não Circulante	5.034.016,72	68%			5.067.277,95	56%	1%	-4,61%	4.573.692,16	60%	-9%	-12,36%
Realizável a Longo Prazo	26.996,51	0%				0%	-100%	-100,00%	41.600,00	1%	54%	48,64%
outros créditos		0%				0%			41.600,00	1%		
Investimentos		0%				0%				0%		
depósitos judiciais	26.996,51	0%				0%	-100%	-100,00%		0%		
Imobilizado	4.970.873,04	67%			5.031.130,78	56%	1%	-4,08%	4.532.092,16	60%	-9%	-12,05%
Intangível	36.147,17	0%			36.147,17	0%	0%			0%	-100%	-100,00%
		0%				0%				0%		
Total do Ativo	7.406.076,14	100%			8.994.411,88	100%	21%	15,09%	7.580.103,10	100%	2%	-1,27%
PASSIVO												
	2012				2013				2014			
Passivo Circulante	8.101.725,70	109%			10.390.690,58	116%	28%	21,54%	10.749.275,75	142%	33%	27,98%
Fornecedores	634.421,65	9%			1.939.641,18	22%	206%	189,74%	1.111.541,99	15%	75%	69,00%
Obrigações Trabalhistas	69.938,81	1%			297.612,45	3%			321.848,22	4%		
Obrigações Tributárias	33.269,60	0%			39.754,71	0%	19%	13,24%	656.762,46	9%	1874%	1804,18%
Outras obrigações		0%			87.957,45	1%			5.126.703,95	68%		
Contas a pagar	769.913,33	10%			622.923,56	7%	-19%	-23,32%		0%	-100%	-100,00%
Parcelamento de Impostos e tributos		0%			1.800,11	0%				0%		
Instituições Financeiras - Financiamentos	6.594.182,31	89%			7.401.001,12	82%	12%	6,36%	3.532.419,13	47%	-46%	-48,33%
Passivo Não Circulante	623.864,91	8%			1.059.821,78	12%	70%	60,99%	2.756.289,29	36%	342%	326,17%
Exigível a Longo Prazo		0%				0%				0%		
Empréstimos e Financiamentos		0%			395.511,17	4%			1.656.033,94	22%		
Parcel. Obrigações Sociais/Fiscais e Tributárias	623.864,91	8%			664.310,61	7%	6%	0,91%	1.100.255,35	15%	76%	70,12%
Patrimônio Líquido	(1.319.514,47)	-18%			(2.456.100,48)	-27%	86%	76,40%	(5.925.461,94)	-78%	349%	333,17%
Capital Social	100.000,00	1%			100.000,00	1%	0%		100.000,00	1%	0%	
Capital Social Realizado	100.000,00	1%			100.000,00	1%	0%		100.000,00	1%	0%	
Reservas	1.251.934,11	17%			1.251.934,11	14%	0%			0%	-100%	-100,00%
Reservas de Capital	867.610,61	12%			867.610,61	10%	0%			0%	-100%	-100,00%
Reservas de Lucros	384.323,50	5%			384.323,50	4%	0%			0%	-100%	-100,00%
Lucros/Prejuízos Acumulados	(2.671.448,58)	-36%			(3.808.034,59)	-42%	43%	35,09%	(6.025.461,94)	-79%		
Total do Passivo	8.725.590,61	118%			11.450.512,36	127%	31%	24,36%	13.505.565,04	178%	55%	49,30%
Total do Passivo + PL	7.406.076,14	100%			8.994.411,88	100%	21%	15,09%	7.580.103,10	100%	2%	-1,27%

Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis referentes aos períodos de 2012, 2013 e 2014.

APÊNDICE B – Demonstração Resultado do Exercício (DRE)												
EMPRESA B												
DRE	2012	AV	AHN	AHR	2013	AV	AHN	AHR	2014	AV	AHN	AHR
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	14.963.679,34	100%			17.398.367,54	100%	16%	10,19%	21.171.040,27	100%	41%	36,47%
		0%				0%				0%		
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA BRUTA	(1.901.644,73)	-13%			(2.215.494,59)	-13%	17%	10,41%	(2.824.301,81)	-13%	49%	43,26%
juros e descontos obtidos		0%			21.044,89	0%				0%		
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	13.062.034,61	87%			15.203.917,84	87%	16%	10,31%	18.346.738,46	87%	40%	35,49%
Custos Operacionais	(10.552.058,85)	-71%			(14.835.335,85)	-85%	41%	33,24%	(17.721.320,72)	-84%	68%	62,00%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	2.509.975,76	17%			368.581,99	2%	-85%	-86,08%	625.417,74	3%	-75%	-75,96%
DESPESAS OPERACIONAIS	(2.069.342,48)	-14%			(666.510,12)	-4%	-68%	-69,48%	(1.188.004,76)	-6%	-43%	-44,62%
Administrativas	(2.066.867,48)	-14%			(623.793,09)	-4%	-70%	-71,40%	(1.039.039,10)	-5%	-50%	-51,51%
Comerciais	(2.475,00)	0%			(42.717,03)	0%	1626%	1535,65%	(148.965,66)	-1%	5919%	5705,74%
RESULTADO OP. ANTES DO FINANCEIRO	440.633,28	3%			(297.928,13)	-2%	-168%	-164,08%	(562.587,02)	-3%	-228%	-223,16%
RESULTADO FINANCEIRO	(1.615.342,36)	-11%			(1.497.591,77)	-9%	-7%	-12,14%	(1.300.374,27)	-6%	-19%	-22,35%
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	(29.673,78)	0%			1.220.209,94	7%	-4212%	-3996,97%	1.064.661,87	5%	-3688%	-3560,87%
RESULTADO ANTES IR E CSLL	(1.204.382,86)	-8%			(575.309,96)	-3%	-52%	-54,73%	(798.299,42)	-4%	-34%	-36,06%
PREJUÍZO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.204.382,86)	-9%			(575.309,96)	4%	-52%	-54,73%	(798.299,42)	100%	-34%	-36,06%

Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis referentes aos períodos de 2012, 2013 e 2014.

APÊNDICE A – Balanço Patrimonial												
EMPRESA C												
BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2012	AV	AHN	AHR	31/12/2013	AV	AHN	AHR	31/12/2014	AV	AHN	AHR
ATIVO												
Ativo Circulante	1.748.296,55	41%			2.319.682,22	45%	33%	25,74%	1.331.663,92	23%	-24%	-26,53%
Disponibilidades	592.134,26	14%			970.677,63	19%	64%	55,35%	15.569,71	0%	-97%	-97,46%
Caixa	617.816,62	15%			973.045,63	19%	57%	49,26%	62.870,18	1%	-90%	-90,18%
Bancos Conta Movimento	(29.280,05)	-1%			(5.968,00)	0%	-80%	-80,68%	(182.680,47)	-3%	524%	501,82%
Aplicações Financeiras	3.597,69	0%			3.600,00	0%	0%	-5,17%	135.380,00	2%	3663%	3529,76%
Créditos	67.721,93	2%			260.564,23	5%	285%	264,63%	227.653,85	4%	236%	224,26%
Clientes	5.000,00	0%			5.000,00	0%	0%		5.000,00	0%	0%	
Consórcios	62.721,93	1%			255.564,23	5%	307%	286,14%	222.653,85	4%	255%	242,42%
Estoques Peças e Acessórios	1.088.440,36	26%			1.088.440,36	21%	0%	-5,23%	1.088.440,36	19%	0%	
Ativo não Circulante	2.487.923,41	59%			2.829.377,49	55%	14%	7,78%	4.461.661,46	77%	79%	72,98%
Realizável a Longo Prazo		0%				0%				0%		
Imobilizado	2.487.923,41	59%			2.829.377,49	55%	14%	7,78%	4.461.661,46	77%	79%	72,98%
Total do Ativo	4.236.219,96	100%			5.149.059,71	100%	22%	15,19%	5.793.325,38	100%	37%	31,92%
PASSIVO												
	2012				2013				2014			
Passivo Circulante	3.005.418,68	71%			4.111.667,72	81%	37%	29,65%	4.519.129,24	78%	50%	45,04%
Fornecedores	147.180,90	3%			343.005,68	7%	133%	120,86%		0%	-100%	-100,00%
Obrigações sociais e fiscais	141.782,61	3%			299.213,00	6%	111%	100,00%	598.622,18	10%	322%	307,26%
Outras obrigações	487.086,10	11%			483.033,10	9%	-1%	-6,02%	308.949,00	5%	-37%	-38,82%
Inst. Financeiras - Financiamentos	2.229.369,07	53%			2.986.415,94	58%	34%	26,95%	3.611.558,06	62%	62%	56,26%
Passivo Não Circulante	939.470,10	22%			939.470,10	18%	0%		249.470,10	4%	-73%	-74,39%
Exigível a Longo Prazo		0%				0%				0%		
Empréstimos e Financiamentos	939.470,10	22%			939.470,10	18%	0%		249.470,10	4%	-73%	-74,39%
Patrimônio Líquido	291.331,18	7%			97.921,89	2%	-66%	-68,15%	1.024.726,04	18%	252%	239,29%
Capital Social	100.000,00	2%			100.000,00	2%	0%		100.000,00	2%	0%	
Lucros/Prejuízos Acumulados	(157.679,23)	-4%			191.331,18	4%	-221%	-214,99%	(2.078,11)	0%	-99%	-98,73%
Resultado do Exercício	349.010,41	8%			(193.409,29)	-4%	-155%	-152,52%	926.804,15	16%	166%	156,15%
Final do Lucro (Prejuízo) acumulado	191.331,18	5%			(2.078,11)	0%	-101%	-101,03%	924.726,04	16%	383%	366,20%
Total Passivo	3.944.888,78	93%			5.051.137,82	98%	28%	21,34%	4.768.599,34	82%	21%	16,60%
Total do Passivo + PL	4.236.219,96	100%			5.149.059,71	100%			5.793.325,38	100%		

Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis referentes aos períodos de 2012, 2013 e 2014.

APÊNDICE B – Demonstração Resultado do Exercício (DRE)												
EMPRESA C												
DRE	2012	AV	AHN	AHR	2013	AV	AHN	AHR	2014	AV	AHN	AHR
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.303.968,06	100%			2.516.320,26	100%	93%	82,88%	4.852.167,93	100%	272%	258,93%
		0%				0%				0%		
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA BRUTA	(62.433,85)	-5%			(91.845,69)	-4%	47%	39,41%	(170.940,72)	-4%	174%	164,10%
juros e descontos obtidos		0%				0%				0%		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.241.534,21	95%			2.424.474,57	96%	95%	85,06%	4.681.227,21	96%	277%	263,70%
Custos Operacionais	(584.375,40)	-45%				0%	-100%	-100,00%		0%	-100%	-100,00%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	657.158,81	50%				0%	-100%	-100,00%		0%	-100%	-100,00%
DESPESAS OPERACIONAIS	(332.842,25)	-26%			(2.559.384,47)	-102%	669%	628,72%	(3.638.305,16)	-75%	993%	954,41%
Administrativas		0%				0%				0%		
Comerciais		0%				0%				0%		
RESULTADO OP. ANTES DO FINANCEIRO	324.316,56	25%				0%	-100%	-100,00%		0%	-100%	-100,00%
RESULTADO FINANCEIRO		0%				0%				0%		
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	66.045,77	5%				0%	-100%	-100,00%		0%	-100%	-100,00%
RESULTADO ANTES IR E CSLL	390.362,33	30%			(134.909,90)	-5%	-135%	-132,75%	1.042.922,05	21%		
PROVISÕES	(41.351,92)	-3%			(58.499,39)	-2%	41%	34,07%	(116.117,90)	-2%	181%	170,86%
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	349.010,41	27%			(193.409,29)	-8%	-155%	-152,52%	926.804,15	19%	166%	156,15%

Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis referentes aos períodos de 2012, 2013 e 2014.

APÊNDICE A – Balanço Patrimonial												
EMPRESA D												
BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2013	AV	AHN	AHR	31/12/2014	AV	AHN	AHR	31/12/2015	AV	AHN	AHR
ATIVO												
Ativo Circulante	8.360.421,74	39%			1.973.578,32	19%	-76%	-77,23%	86.106,23	2%	-99%	-99,07%
Disponibilidades		0%				0%			19.606,94	0%		
Caixa e bancos	159.066,83	1%			349.078,82	3%	119%	111,69%	15.742,46	0%	-90%	-91,05%
Aplicações Financeiras	191.461,53	1%				0%	-100%	-100,00%		0%	-100%	-100,00%
Duplicatas a receber	7.013.713,11	33%			1.177.159,38	11%	-83%	-83,81%	3.864,48	0%	-100%	-99,95%
Imposto a recuperar	996.180,27	5%				0%	-100%	-100,00%		0%	-100%	-100,00%
Outros créditos a receber		0%			447.340,12	4%			66.499,29	1%		
Ativo não Circulante	13.037.579,88	61%			8.341.956,50	81%	-36%	-38,28%	4.631.095,79	98%	-64%	-67,87%
Realizável a Longo Prazo	722.915,57	3%			11.634,38	0%	-98%	-98,45%	11.634,38	0%	-98%	-98,54%
Impostos a recuperar	711.281,19	3%				0%	-100%	-100,00%		0%	-100%	-100,00%
Depósitos Judiciais	11.634,38	0%			11.634,38	0%	0%		11.634,38	0%	0%	
Investimentos	403.526,35	2%				0%	-100%	-100,00%		0%		
Imobilizado	11.903.083,95	56%			8.322.268,11	81%	-30%	-32,56%	4.619.461,41	98%	-61%	-64,89%
Veículos	18.248.712,23	85%				0%	-100%	-100,00%		0%	-100%	-100,00%
Construções em andamento	4.850,74	0%				0%	-100%	-100,00%		0%	-100%	-100,00%
Computadores e Periféricos	61.968,10	0%				0%	-100%	-100,00%		0%	-100%	-100,00%
Móveis e Utensílios	217.433,27	1%				0%	-100%	-100,00%		0%	-100%	-100,00%
Maquinas Eqptos e Transporte	2.621.593,25	12%				0%	-100%	-100,00%		0%	-100%	-100,00%
(-) Depreciações Acumuladas	(9.251.473,64)	-43%				0%	-100%	-100,00%		0%	-100%	-100,00%
Intangível	8.054,01	0%			8.054,01	0%	0%			0%	-100%	-100,00%
Software	19.380,00	0%				0%	-100%	-100,00%	19.380,00	0%	0%	
(-) Amortização Software	(11.325,99)	0%				0%	-100%	-100,00%	(19.380,00)	0%	71%	54,80%
Total do Ativo	21.398.001,62	100%			10.315.534,82	100%	-52%	-53,50%	4.717.202,02	100%	-78%	-80,06%
PASSIVO	2012				2013				2014			
Passivo Circulante	7.528.547,62	35%			6.041.194,90	59%	-20%	-22,60%	12.090.969,52	256%	61%	45,29%
Fornecedores	3.877.833,78	18%			1.528.548,77	15%	-61%	-61,98%	1.536.402,11	33%	-60%	-64,16%
Consortios a pagar	173.527,41	1%				0%			107.308,98	2%	-38%	-44,06%
Salários a pagar	432.704,16	2%			293.920,67	3%	-32%	-34,48%	86.240,00	2%	-80%	-81,97%
Obrigações sociais	806.119,07	4%			184.419,52	2%	-77%	-77,93%	866.951,03	18%	8%	-2,71%
Provisão p/ Imposto de Renda	77.197,43	0%				0%	-100%	-100,00%		0%	-100%	-100,00%
Provisão p/ Contribuição Social	36.431,07	0%				0%	-100%	-100,00%		0%	-100%	-100,00%
Obrigações Tributárias	182.369,76	1%			3.494,09	0%	-98%	-98,15%	2.981,38	0%	-98%	-98,52%
Inst. Financeiras - Financiamentos	1.942.364,94	9%				0%	-100%	-100,00%		0%	-100%	-100,00%
Financiamentos		0%			3.944.571,85	38%			9.428.046,02	200%		
Adiantamento a clientes		0%			86.240,00	1%				0%		
Outras contas a pagar		0%				0%			63.040,00	1%		
Passivo Não Circulante	13.039.686,44	61%			6.686.648,02	65%	-49%	-50,54%	2.631.204,00	56%	-80%	-81,75%
Exigível a Longo Prazo	13.039.686,44	61%			6.686.648,02	65%	-49%	-50,54%	2.631.204,00	56%	-80%	-81,75%
Empréstimos e Financiamentos		0%			6.267.639,37	61%				0%		-9,54%
Parcelamentos Lei 11941	12.494.204,61	58%			86.596,15	1%	-99%	-99,33%	226.391,70	5%	-98%	-98,36%
Parcelamentos	117.594,99	1%			332.412,50	3%	183%	172,67%	320.509,90	7%	173%	146,57%
Emprest. com empresas interligadas	427.886,84	2%				0%	-100%	-100,00%	2.054.243,54	44%	380%	334,31%
Consortios a pagar		0%				0%			30.058,86	1%		-9,54%
Patrimônio Líquido	829.767,56	4%			(2.412.308,10)	-23%	-391%	-380,43%	(10.004.971,50)	-212%	-1306%	-1190,79%
Capital Social	880.000,00	4%			880.000,00	9%	0%		880.000,00	19%	0%	-9,54%
Reservas de Capital	52.881,40	0%			52.881,40	1%	0%		52.881,40	1%	0%	-9,54%
(-) Lucro distribuído	(300.000,00)	-1%				0%	-100%	-100,00%		0%	-100%	-100,00%
Lucro Acumulado	1.173.577,00	5%			873.577,00	8%	-26%	-28,20%	873.577,00	19%	-26%	-32,66%
(-) Prejuízo Acumulado	(976.690,84)	-5%			(4.218.766,50)	-41%	332%	316,65%	(11.811.429,90)	-250%	1109%	994,02%
Total do Passivo	20.568.234,06	96%			12.727.842,92	123%	-38%	-40,31%	14.722.173,52	312%	-28%	-35,25%
Total do Passivo + PL	21.398.001,62	100%			10.315.534,82	100%	-52%	-53,50%	4.717.202,02	100%	-78%	-80,06%

Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis referentes aos períodos de 2013, 2014 e 2015.

APÊNDICE B – Demonstração Resultado do Exercício (DRE)												
EMPRESA D												
DRE	2013	AV	AHN	AHR	2014	AV	AHN	AHR	2015	AV	AHN	AHR
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	37.095.092,86	100%			20.880.984,89	100%	-44%	-45,70%	992.205,86	100%	-97%	-97,58%
Tarifa de Transporte Municipal		0%				0%				0%		
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA BRUTA	(1.769.598,65)	-5%			(2.425.682,41)	-12%	37%	32,22%	(36.372,81)	-4%	-98%	-98,14%
(-) Imposos s/ Receitas Bruta		0%				0%				0%		
RECEITA LIQUIDA DE VENDA	35.325.494,21	95%			18.455.302,48	88%	-48%	-49,61%	955.833,05	96%	-97%	-97,55%
(-) Custo dos Serviços Prestados	(35.465.736,59)	-96%			(19.805.243,42)	-95%	-44%	-46,13%	(5.627.117,29)	-567%	-84%	-85,65%
LUCRO BRUTO	(140.242,38)	0%			(1.349.940,94)	-6%	863%	828,50%	(4.671.284,24)	-471%	3231%	2913,27%
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.343.625,26)	-4%			(243.625,26)	-1%	-82%	-82,51%	(214.529,54)	-22%	-84%	-85,56%
Despesas Administrativas	(890.199,80)	-2%			(90.199,80)	0%	-90%	-90,23%	(132.501,99)	-13%	-85%	-86,53%
Despesas com pessoal admn	(453.425,46)	-1%			(153.425,46)	-1%	-66%	-67,36%	(82.027,55)	-8%	-82%	-83,63%
RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO	(1.266.712,79)	-3%			(680.351,98)	-3%	-46%	-48,19%	(710.532,64)	-72%	-44%	-49,26%
Despesas Financeiras	(1.310.400,33)	-4%			(680.351,98)	-3%	-48%	-49,92%	(712.226,23)	-72%	-46%	-50,83%
Receitas Financeiras	43.687,54	0%				0%	-100%	-100,00%	1.693,59	0%	-96%	-96,49%
RESULTADO LIQ DAS OP. CONTINUADAS	(2.750.580,43)	-7%			(2.273.918,18)	-11%	-17%	-20,26%	(5.596.346,42)	-564%	103%	84,06%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.900.179,76	5%			(968.157,48)	-5%	-151%	-149,15%	(1.996.316,98)	-201%	-205%	-195,04%
Resultado Alienação Imobilizado					(1.036.917,48)	-5%			(2.596.658,73)	-262%		
Outras receitas não operacionais					68.760,00	0%				0%		
Desconto obtido em operação de credito									600.341,75	61%		
LUCRO ANTES DO TRIBUTOS/ LUCRO	(850.400,67)	-2%			(3.242.075,66)	-16%	281%	267,74%	(7.592.663,40)	-765%	793%	707,70%
PROVISÃO DE IMPOSTOS	(126.290,17)	0%				0%	-100%	-100,00%		0%	-100%	-100,00%
(-) Provisão p/ Contribuição Social	(36.431,07)	0%					-100%	-100,00%			-100%	-100,00%
(-) Provisão p/ Imposto de Renda	(89.859,10)	0%					-100%	-100,00%			-100%	-100,00%
Resultado Líquido do Período	(976.690,84)	-3%			(3.242.075,66)	-16%	232%	220,19%	(7.592.663,40)	-765%	677%	603,26%
Saldo anterior de Lucro Acumulado	1.173.577,00	3%			873.577,00	4%	-26%	-28,20%	873.577,00	88%	-26%	-32,66%
Saldo anterior de Prejuízos Acumulado					(976.690,84)	-5%			(4.218.766,50)	-425%		
Total dos Recursos	196.886,16	1%			(3.345.189,50)	-16%	-1799%	-1738,90%			-100%	-100,00%
Aplicações	(300.000,00)	-1%					-100%	-100,00%			-100%	-100,00%
Lucro e Prejuízo Acumulado	(103.113,84)	0%			(3.345.189,50)	-16%	3144%	3029,32%	(10.937.852,90)	-1102%	10508%	9496,12%

Fonte: Produção própria, baseando-se nas demonstrações contábeis referentes aos períodos de 2013, 2014 e 2015.